

VOZES em defesa da fé

CADERNO

52

**Isto é a
Igreja Católica**



EDITORA VOZES LTDA.

Que é a

Igreja Católica?

"Que é a Igreja Católica?" é uma pergunta que pode parecer desnecessária, e no entanto é feita cada dia a sacerdotes, a chefes de centros de informação e a simples homens e mulheres católicos.

Para algumas pessoas essa pergunta é necessária; e é feita com toda sinceridade. Querem saber algo sobre essa coisa que tanta significação parece ter para os católicos; têm curiosidade de saber o que é que os católicos crêem e o que é que há por trás de algumas das práticas que notaram nos seus vizinhos católicos. Sabem que por trás de tudo isso está essa coisa chamada "Igreja Católica". Daí a pergunta: "Que é a Igreja Católica?"

A pergunta é fácil de fazer, mas não assim tão fácil de responder. Que havemos de dizer aos que nos fazem sinceramente essa pergunta? Que lhes havemos de dizer, e como podemos esperar transmitir-lhes tudo o que essa Igreja significa para nós? O que nos perturba não é a falta do que dizer — antes, há tanta coisa a dizer, que não sabemos por onde começar. Mas como poderemos pôr em poucas pa-



lavras o que equivale a um modo de vida, a uma filosofia, a uma religião, a uma concepção do mundo, a uma mentalidade, tudo fundido numa coisa só? Por certo não podemos fazê-lo, mas procuraremos aqui explicar os elementos básicos da Igreja. Antes de tudo explicaremos a nossa "Constituição", como

lhe chamamos, a qual é o Credo. Oficialmente e para a história, é ele que determina o que nós somos. Depois descreveremos os meios pelos quais os católicos ingressam na Igreja, pelos quais continuam a sua vida na Igreja, e através dos quais passam para a vida do céu. Estes meios são os Sacramentos.

As leis de qualquer sociedade, tal como o é a Igreja, são importantes para compreender essa sociedade. As leis da Igreja de Cristo resumi-las-emos sob o título "Os Dez Mandamentos", pelos quais devem os católicos governar a sua vida.

Essencial a toda vida católica é o Santo Sacrifício da Missa. O ano eclesiástico gira em torno da Missa. É na Missa que nós cumprimos aquilo que é o

dividual, o culto de Deus.

E' importante compreender a organização da Igreja. A Igreja é uma instituição divina, mas existente entre homens e composta de homens. Inevitavelmente, portanto, deve haver no governo da Igreja muita coisa que corre parêlhas com as instituições humanas. Este aspecto da Igreja é aquêlê que está mais exposto ao não-católico, e que, muitas vêzes, êle mais critica, tal sucedendo especialmen-

a Igreja de outros modos e compreendem mal a sua real natureza.

O que a Igreja significa para os seus membros é algo que só um católico pode saber por experiência e ninguém pode descrever. Mas nestas páginas podemos dar ao não-católico interessado uma breve noção da Igreja que será interessante, ao mesmo tempo que conducente a uma compreensão mais profunda e melhor dessa mesma Igreja.

Aquí nos firmamos...

O CREDO CATÓLICO

O Credo é, por assim dizer, a "Constituição" da Igreja Católica.

E' a nossa declaração de crenças fundamentais, a nossa confissão de princípios. Pode-se fazer muitas objeções à Igreja Católica, mas jamais se poderá dizer que ela é imprecisa ou vaga. O que a Igreja Católica ensina — sua atitude para com Deus, para com o homem, para com o mundo — é matéria do domínio público, inscrita no seu Credo.

Há alguns cristãos que fogem de credos, coisa que êles dizem serem fórmulas de homens e não



obra de Deus. Só a Bíblia é a sua regra de fé, dizem êles, e de nada mais querem saber.

Mas isto é justamente fazer jôgo de palavras. Quando um homem diz "Creio", formula um credo. A palavra "credo" deriva da palavra latina "credo", que significa "creio". Ninguém pode escapar de ter um credo, porque ninguém pode escapar de crer coisas, de aceitar coisas por fé. Isto é tão inevitável nos negócios humanos como em religião. Nós agimos com base em presunções, princípios e idéias que aceitamos à base de fé — pre-

suções e princípios, por exemplo, de que a Terra é redonda, embora poucos de nós possamos prová-lo se chamados a fazê-lo. Comumente nós dizemos coisas tais como “dois e dois são quatro”, embora tenhamos de aceitar a palavra dos matemáticos de que dois e dois nunca são cinco. Os fatos científicos que nós proclamamos “conhecer”, simplesmente os aceitamos à base de fé, e não de experiência pessoal.

Isto também é verdade em matéria de religião. Tratando de verdades religiosas ensinadas quer pela Bíblia quer pela tradição, nós temos fatos que em muitos casos não podemos provar. Podemos ser capazes de dar uma justificação razoável para a nossa crença, mostrar que estamos agindo sensatamente em crer, e mostrar que o que cremos é razoável, mas não podemos fazer mais do que isso. O que aceitamos, aceitamo-lo como matéria de fé, como verdades a nós ensinadas pelo próprio Deus. Ele nos revelou essas verdades; nós não as encontramos por nós mesmos.

Portanto, quando um homem aceita como sendo a palavra de Deus a Bíblia ou qualquer outra parcela do ensino religioso, essa própria aceitação é o seu credo. Ocioso é, consequentemente, para qualquer um, o dizer que não tem credo. Cada um tem um credo; especialmente cada pessoa religiosa. Alguns credos são complexos. Talvez nenhum seja mais complicado, e, certamente,

nenhum mais absoluto, do que o credo do agnóstico, ou, como podemos chamar-lhe, do “livre-pensador”. Este credo inclui não só princípios incapazes de prova, como também, usualmente, alguns princípios que contradizem a experiência humana — por exemplo, o de que “é impossível o milagre”.

O homem, em verdade, é um animal fazedor de credos, como o disse certa vez G. K. Chesterton. E não há nada de extraordinário no fato de a Igreja Católica ter um Credo. Mas há algo de extraordinário no Credo da Igreja Católica.

A primeira coisa que coloca o Credo da Igreja Católica à parte de todos os outros credos é ser êle definido. Com isto queremos dizer que êle é honesto. E é honesto porque é permanente. Êle é um documento definido, inequívoco, significando a mesma coisa tanto para um homem como para outro, e — o que mais importante é — a mesma coisa para uma geração como para outra.

Eles discordam

O homem que diz: “Creio que a Bíblia é a palavra de Deus” profere um credo, e um credo muito importante. Mas êsse credo não é definido. A “palavra de Deus” queria dizer uma coisa para Martinho Lutero, porém quer dizer algo de completamente diferente para um moderno pensador religioso como Albrecht Schweitzer. Um pensa que a “palavra de Deus” significa o cor-

Deus único revelou na Bíblia. Outro crê que há muitas "palavras de Deus", que Deus é achado igualmente na Bíblia, no *Upnishads* hindu e em outros "livros santos". Daí, dois homens, enquanto podem usar das mesmas palavras, podem querer significar coisas vastamente diferentes.

Algumas pessoas, por certo, contentam-se com esta vaga especie de credo. Mas a pessoa honesta insurge-se contra esta indecisão. Quando alguém esconde as suas convicções religiosas por trás de palavras ambíguas, uma de duas coisas deve ser verdade: ou ela não tem crença clara, ou então não está disposta a dar claro testemunho de sua crença. Nem uma nem outra dessas posições é possível numa pessoa de sinceridade religiosa.

Credo positivo

E nem essa obscuridade é possível no Credo Católico. Verdade é que partes do Credo Católico são usadas por outras religiões que se separaram da Igreja. Nessas outras religiões as palavras do Credo podem ter assumido outros significados ou ter deixado absolutamente de ter qualquer significado real. Mas, *como usada pela Igreja Católica, que formulou o Credo*, cada palavra é claramente definida e é do domínio público.

Os católicos crêem que a verdade é uma só, absoluta e imutável. Isto quer simplesmente dizer que os católicos crêem que as

coisa é aquilo que é, e nada mais. Uma coisa ou é ou não é. Não há outras alternativas. Se uma coisa é verdadeira, não pode ser também falsa. A verdade, portanto, não pode mudar. Aquilo que Deus revelou como verdade por meio de Jesus Cristo deve, em consequência, ser a mesma coisa ontem, hoje e sempre. A nossa aceitação dessas verdades — que nós exprimimos no Credo — deve portanto ser imutável. Concedido que um ou outro de nós pode conhecer uma verdade melhor do que seu próximo, ou que uma geração pode ter dela um conhecimento mais profundo do que uma geração anterior, o fato é que a verdade que é aceita deve em todos os pontos essenciais ser a mesma.

As coisas mudam

O Cardeal Newman disse que o sinal de vida neste mundo é a mudança — isto é, quando nós vemos uma coisa que cessou de mudar e está sem movimento, sabemos que está morta. Mas a mudança está em nós, que vivemos neste mundo, e não em Deus imutável. A mudança está na nossa apreciação da verdade, e não na própria verdade, que é revelação do imutável intelecto de Deus. A Igreja, como um corpo de homens, muda com um mundo mutável. Acha novos problemas e oferece para eles novas soluções. Recolhe dentro de si novos povos, com outras mentalidades e diferentes tratos. Portanto, alista novas técnicas no

seu serviço. Tudo isto é como deveria ser.

A Igreja cresce em sabedoria com as idades. Melhores modos de dizer as coisas são inventados. Aquilo que os cristãos do primeiro século implicitamente criam, a Igreja, numa geração posterior, pode achar necessário declarar explicitamente, à medida que surge a necessidade. Isto é apenas ser honesto e fiel à verdade. E' em tais ocasiões que nós temos aquilo que é chamado uma definição de doutrina — uma explanação explícita do Credo — manifestado através de concílios gerais da Igreja inteira, ou através do seu chefe visível, o Papa.

Por exemplo, tome-se o assunto de Maria como Mãe de Deus. Os primeiros cristãos criam isto, embora nunca o declarassem em muitas palavras. Em muitas palavras eles declaravam que Maria era a verdadeira Mãe de Cristo, e que Cristo era o verdadeiro Filho de Deus. Era, pois, apenas uma dedução o chamar Maria Mãe de Deus. Em 431, no Concílio de Éfeso, a Igreja julgou necessário declarar isso em palavras claras. Já não seria honesto ou fiel à verdade não declarar isso, porque, abstendo-se de uma declaração, a Igreja pareceria pactuar com os que negavam ou que Maria era a verdadeira Mãe de Cristo ou que Cristo era o verdadeiro Filho de Deus. Os primeiros cristãos, que nunca tinham duvidado de nenhuma destas duas verdades, não tinham sido obrigados a ma-

nifestar-se e dizer que Maria era a Mãe de Deus — justamente como, por exemplo, eu posso, durante a minha vida toda, nunca ser obrigado a declarar explicitamente que a mulher a quem chamo "mãe" era a esposa de meu pai. A Igreja posteriormente foi obrigada a cogitar do assunto e a afirmar o que sabia ser a verdade.

A Igreja também muda

Por êsse processo de vinte séculos de pensamento e de meditação sobre as verdades divinas reveladas por intermédio de Cristo foi que a Igreja adquiriu uma compreensão delas que vai muito além da possuída pelos primitivos cristãos. O ensino de Cristo, embora dado em parte no Nôvo Testamento, não está prêso ao Nôvo Testamento. A doutrina cristã é uma coisa viva, que não deve ficar confinada aos poderes de expressão dos poucos escritores que criaram êsse documento inspirado. "O Cristianismo", escreveu A. T. Robertson, "não está sepultado num livro. Existiu antes de ser escrito o Nôvo Testamento. Ele é que fêz o Nôvo Testamento. E justamente porque o Cristianismo é da grande democracia é que é capaz de se aplicar universalmente a todas as idades e a todas as terras e a todas as classes".

Melhor compreensão

O processo pelo qual o ensino de Cristo tem-se tornado mais bem apreciado, mais explícito e pormenorizado, e expresso na

de tôdas as terras e de tôdas as classes, é aquilo a que chamamos o desenvolvimento de doutrina. Mudança certamente tem havido, mas a mudança tem sido no homem e no seu modo de entender. O ensino de Cristo não tem mudado; apenas tem-se tornado mais bem conhecido.

Nem o Credo mudou, porque o Credo é simplesmente a expressão das verdades básicas do Cristianismo. Mas o Credo também se tornou mais bem entendido e mais explícito, juntamente com as doutrinas que estabelece.

O Credo básico da Igreja Católica, como mui familiarmente conhecido, é chamado o Símbolo Apostólico. Recebeu êste título por causa da sua grande antiguidade. Data de tempos mui primitivos na Igreja, meio século, ou que tal, a partir dos últimos escritos do Nôvo Testamento. O Símbolo Apostólico é como segue:

“Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra; e em Jesus Cristo, um só seu Filho, Nosso Senhor, o qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem, padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu aos infernos, e ao terceiro dia ressurgiu dos mortos. Subiu ao céu, e está sentado à direita de Deus Pai, todo-poderoso, de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica, na comunhão dos santos, na remissão dos pe-

e na vida eterna. Amém”.

Este Credo foi adaptado às necessidades ordinárias da Igreja, como é testemunhado pelo seu uso constante desde então até o nosso tempo. Tôda criança batizada na Igreja tem essas palavras repetidas por si pelos seus padrinhos. Quando um convertido é recebido na Igreja como adulto, é-lhe pedido exprimir a sua fidelidade à religião de Cristo nos têrmos do símbolo apostólico.

Crenças definidas

Todavia, quando surgiram necessidades especiais, vários artigos do Credo foram desenvolvidos para maior esclarecimento. Os mais notáveis dêsses esclarecimentos foram feitos durante o Concílio geral da Igreja em Nicéia, no ano 325, e no Concílio de Constantinopla, em 381. Cada um dêsses concílios deu inequívocas respostas definidoras da crença dos verdadeiros cristãos contra movimentos heréticos que ameaçavam a vida do ensino de Cristo. Por exemplo, o Concílio de Nicéia teve de tornar clara a verdade da eternidade da existência de Cristo, como ensinada no evangelho de João 1, 1, contra a heresia Ariana que sustentava ter havido um tempo antes do qual o Verbo não existia. Êste esclarecimento foi feito na forma de uma versão mais longa do Credo, a qual é recitada todo dia durante a Missa católica e em outras ocasiões. Êsse é chamado o Credo de Nicéia e Constanti-

nopia, ou Niceno-Constantinopolitano, ou, mais simplesmente, o Credo Niceno.

Os fundamentos

Como facilmente pode ver-se, o Credo consta de dois temas essenciais — um relacionado com a crença na SS. Trindade, e outro com a nossa profissão de fé em Cristo. Estes são os dois princípios fundamentais do Cristianismo, nos quais todo o resto das nossas doutrinas se baseia. Por conveniência, geralmente nós dividimos o Credo em “artigos”.

No primeiro artigo dizemos: “Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra”. Dizemos aquilo que todo homem razoável deve dizer se fôr fiel à sua razão. “Desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus são claramente vistos, especialmente o seu eterno poder e divindade, os quais são compreendidos através das coisas que são feitas” (Rom 5, 20). Conforme Paulo acertadamente diz, a própria razão nos diz que deve haver uma Causa para isso que nós vemos em torno de nós no mundo, e que, se nós vemos bondade e beleza no mundo, então a sua Causa deve ser o Bem e uma suprema Beleza.

Porém nós cremos muito mais sobre Deus do que aquilo que a mera razão nos diz. A nossa fé funda-se na razão, mas vai muito além daquilo que a razão desajudada pode conhecer. A nossa fé depende da própria revelação feita de si mesmo por

Deus. Em certo sentido, a fé quer dizer participação nos próprios pensamentos de Deus; porque aquilo que só Deus pode saber de si mesmo éle o tornou conhecido a nós. Conhecemos a sua própria natureza íntima — isto é, que éle existe em três Pessoas divinas possuidores de uma só natureza divina: fato este a que chamamos a Trindade. Não havia modo possível de conhecermos isto a não ser pelo próprio Deus. Dos lábios do Filho de Deus sabemos que a relação existente entre as Pessoas divinas se espelha na relação que éle nos permite compartilhar consigo. Se nós temos fé nêle, de algum modo participamos da sua própria vida.

O amor de Deus

“Vireis a compreender (diz Nosso Senhor) que eu estou no Pai, e vós estais em mim, e eu em vós. Aquêle que aceita os meus mandamentos e os guarda — êsse é que me ama. E aquêle que me ama será, por sua vez, amado por meu Pai; e eu o amarei, e manifestar-me-ei a êle” (Jo 14, 20 ss.). Por quantos séculos os maiores filósofos e pensadores do mundo, antes de Cristo, suspiraram justamente por êste conhecimento, de haver um Deus que cuida das suas criaturas, que quer amá-las e por elas quer ser amado!

Quando dizemos: “Creio... em Jesus Cristo, um só seu Filho, Nosso Senhor, o qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem”, atestamos a

to singular da história do mundo, a Encarnação. Literalmente, a Encarnação quer dizer “a tomada de carne”. O eterno Filho de Deus, o *único* Filho de Deus ao qual esta palavra pode ser com propriedade aplicada, assumiu a natureza humana e fêz-se o homem que a história conhece como Jesus. Sem deixar de ser Deus, esta Pessoa divina tornou-se também um de nós, como nós “em tôdas as coisas exceto no pecado” (Heb 4, 15). Já ligado a nós como Criador, êle assumiu uma perfeita unidade com a humanidade através da Encarnação, e pela sua morte pôde libertar-nos do pecado. Na sua existência gloriosa no céu, deu-nos um quinhão na sua própria vida: “Foi entregue por causa dos nossos pecados, e ressuscitou para a nossa santificação” (Rom 4, 25).

Mãe de Deus

Como Pessoa divina, Jesus de modo algum poderia ser gerado por homem. Sua Mãe a Virgem Maria concebeu-o pelo poder divino. Por ser êle divino, ela é a Mãe de Deus — e *não* a Mãe de Deus Pai, ou de Deus Espírito Santo, mas sim a Mãe do Filho eterno de Deus, que também é Deus. Este título de “Mãe de Deus” é a principal glória de Maria, da qual não pode ela ser destituída por nenhum cristão verdadeiro. Este é o significado do Credo. O Concílio geral de Éfeso, no ano 431, pôs a Igreja avisada para todo o tempo,

Maria é com razão chamada *Theotokos*, isto é, “portadora de Deus”. Isto novamente ilustra o quanto é inequívoco o Credo da Igreja como sustentado pelos católicos.

Jesus, dizemos, “padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado. Desceu aos infernos, e ao terceiro dia ressurgiu dos mortos. Subiu aos céus e está assentado à direita de Deus Pai, todo-poderoso, de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos”. Com isto dizemos que êle nos remiu, que a sua paixão e a sua morte nos libertaram do pecado. “Não há senão um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, também êle homem, que se deu em resgate por todos” (1 Tim 2, 5). Em Cristo, e só em Cristo, temos um certo refúgio de esperança — e fora dêle não há nenhum. Ele é o nosso juiz agora e na nossa prestação de contas final.

O Espírito Santo

“Creio no Espírito Santo”, isto professa a nossa crença na terceira Pessoa da Trindade, o Espírito do Pai e do Filho, o qual Cristo prometeu enviar para velar pela sua Igreja, para guiá-la e fortalecê-la, para conservá-la nos caminhos da verdade. “Rogarei ao Pai e êle vos dará outro Advogado para estar convosco por todo o tempo futuro, o Espírito de Verdade” (Jo 14, 16).

Igreja Católica" já fica meio explicado. A Igreja é santa porque existe para um fim santo, para fazer santos os homens. E' santa por ser dirigida pelo Espírito Santo, o Espírito de Verdade. Ela é a projeção de Cristo em todos os tempos, sendo por isto que S. Paulo tão freqüentemente a ela se refere como ao Corpo de Cristo. Cristo, após a sua morte e ressurreição, voltou para o seio do Pai, de onde veio. Mas a obra de Cristo prossegue. A salvação que êle possibilitou a todos os homens deve ser posta em contacto com tôdas as vidas humanas entre a ida do mesmo Cristo para o Pai e a sua gloriosa volta no fim dos tempos. Esta é a função da Igreja. "Aos que o receberam (Cristo), êle deu o direito de se tornarem filhos de Deus — os que crêem em seu nome", escreveu S. João (1, 12). A obra santificadora da Igreja vê-la-emos mais plenamente quando falarmos da Missa e dos Sacramentos.

Sòmente uma «católica»

A Igreja é Católica por ser universal, independente de tempo e de lugar. Não há Igreja americana, nem Igreja brasileira, nem Igreja francesa ou italiana ou africana, exceto quando nós usamos êsses têrmos para nos referirmos à Igreja Católica na América ou no Brasil ou na França, etc. Os homens pertencem à Igreja não como americanos ou brasileiros ou franceses etc., mas sim como cristãos.

católico não lhe elide a nacionalidade. A fidelidade à Igreja é inteiramente diferente da fidelidade que devemos ao nosso país ou ao nosso povo, é uma fidelidade que não colide com estas, mas que lhes é superior. E' a nossa fidelidade a Deus, a qual compartilhamos com todos os outros católicos no mundo inteiro, e a qual nos liga juntos com êles no único Corpo de Cristo. A Igreja é no mundo de hoje a mesma que era nos dias dos Apóstolos.

Há ainda uma unidade mais larga que nós compartilhamos na Igreja. "Creio... na comunhão dos santos", isto declara que nós participamos da união com os fiéis na terra, com os bem-aventurados no céu e com as almas do purgatório — com todos aqueles que foram remidos pelo sangue de Cristo. Cremos que podemos ajudar-nos uns aos outros, que as orações dos fiéis na terra podem ajudar as almas do purgatório, e que as orações das que estão no céu podem ajudar tanto as almas do purgatório como a nós na terra. Por isto rezamos aos santos no céu para lhes obtermos o auxílio, tal como na terra pedimos uns aos outros orações e boas-obras das quais todos podemos beneficiar-nos. Esta é a verdadeira religião "social" que professamos, na qual sabemos que não estamos sòzinhos, mas sim ligados aos nossos semelhantes no amor de Cristo, "rodeados como estamos

munhas" (Heb 12, 1).

Corpo e alma

"A remissão dos pecados" veremos mais plenamente na consideração dos Sacramentos da Igreja. "A ressurreição da carne e a vida eterna" são os dois artigos finais do Credo. Nós

adulteração, os ensinamentos bíblicos de uma ressurreição física, no fim dos tempos. Por toda a eternidade, unidos como estavam na terra, o corpo e a alma de cada pessoa gozarão na vida eterna com Deus, ou sofrerão castigo eterno no inferno.

CRISTO nos deu os sete Sacramentos

Nos antigos dias de Roma, *sacramentum* era um juramento solene que um homem prestava de acordo com a lei. Literalmente, a palavra significava "um ato sagrado", porque um juramento era considerado coisa sagrada, como diz o poeta: "A palavra do homem é Deus no homem".

Os primeiros cristãos adotaram essa palavra para aplicá-la a certos atos sagrados da religião cristã, atos que eram sinais externos de algum significado espiritual profundo, tais como a prestação de um juramento. Os atos externos aos quais a palavra "sacramento" era aplicada eram aqueles que o próprio Cristo instituiu para o fim sagrado de aplicar às almas dos homens a graça da sua redenção.

Os sacramentos são sete: — batismo, confirmação, eucaristia

ou comunhão, penitência ou confissão, matrimônio, ordem e extrema-unção. Todos eles consistem em alguma coisa material: água, óleo, pão, vinho; e em algum ato externo: aspersão, unção, imposição de mãos, pronúncia de palavras, e, por esses meios, todos eles simbolizam a aplicação da graça redentora de Cristo às almas dos homens, e *realmente conferem essa graça*.

Por que foi que Cristo instituiu sacramentos? E por que foi, também, que Cristo nos remiu por sua vida, paixão, morte e ressurreição, quando um simples ato da vontade divina poderia ter produzido o mesmo resultado? Para nós é suficiente sabermos que ele fez isso — pois a plenitude da razão que para isso houve está oculta na mente divina.

Contudo, ao menos parcialmente podemos ver por que razão

foi. Era conveniente que Deus tratasse a sua criatura de acôrdo com a maneira como a criara. Era conveniente que êle mostrasse o seu amor ao homem enviando seu próprio Filho para se fazer homem. Era conveniente que a natureza humana que êle criara, e à qual chamara boa, fôsse santificada pela presença de Cristo divino, que a carne humana que êle assumira fôsse redimida de dentro, por assim dizer, por essa presença.

E, similarmente, podemos ver por que razão a redenção, uma vez operada mediante a vida e morte de Cristo, foi tornada aproveitável aos homens através dos sacramentos da Igreja.

Tal é o modo de Deus de tratar os livres sêres humanos que êle criou. Ele permitiu ao homem participar de tôdas as suas obras. Ele não cria os homens individualmente do nada, mas traz os homens à existência através da cooperação de outros da sua espécie, através de seus pais humanos. Não governa o seu universo diretamente, mas sim mediante a ação dos homens. Não fêz da salvação algo de automático, privando o homem da sua liberdade. Estabeleceu uma Igreja na qual a graça da salvação será distribuída pelo homem ao homem.

Água e vinho

Por êste meio renovou êle e mais uma vez abençoou a criatura que "foi tornada sujeita à vaidade não por sua própria es-

le que a sujeitou" (Rom 8, 20). Pelo pecado do homem tôda a criação foi lançada em desordem, oposta contra si mesma. Na ordem sacramental que Cristo estabeleceu, até mesmo as coisas inanimadas da criação são "libertadas do cativeiro da corrupção, para gozarem a liberdade da glória dos filhos de Deus" (Rom 8, 21). A água e o vinho, o óleo e o pão, tornam-se parte do grande plano de Deus para a salvação, ajudando, a seu modo, a glória dos filhos de Deus.

Esse plano de salvação segue o exemplo dado por Nosso Senhor. Cristo ensinou por meio de sinais — sinais de fato e sinais de palavra. Os seus ensinamentos mais sublimes foram encobertos em parábolas: sinais e palavras. Ele operou curas por meio de sinais. Recorde-se, por exemplo, a sua cura do cego de nascença. Ele poderia simplesmente ter querido que o homem visse. Mas, em vez disso, "cuspiu no chão, e por meio da saliva fêz uma massa de barro, e depois espalhou o barro sôbre os olhos dêle e lhe disse: "Vai e lava-te na piscina de Silóé" — palavra esta última que, em nossa língua, quer dizer "Embaixador". "E êle foi, e lavou-se, e voltou vendo" (Jo 9, 6 ss.). E não só isto, mas a própria cura foi um sinal, para ilustrar o que de si mesmo Jesus dissera imediatamente antes: "Enquanto eu estou no mundo, sou a luz do mundo" (Jo 9, 5).

que Cristo decidisse distribuir a salvação ao homem através dos tempos por meio de sinais a que chamamos sacramentos.

Conferidos por sinais

Cada um dos sacramentos tem algum sinal visível. Isto é o que é chamado a *matéria* — isto é, uma coisa, tal como água no batismo e óleo na extrema-unção; e a *forma*, isto é, certas palavras. No batismo, como é sabido, as palavras são: “Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

Em cada caso, portanto, a matéria e a forma *significam* o bem espiritual que está sendo operado na alma do recebedor — e é por isto que são chamadas sinais. A água sugere o lavacro, o óleo sugere a cura, e as palavras do ministro do sacramento determinam que espécie de lavacro e de cura está sendo operada.

Se os sacramentos fôsem meramente de origem humana, poderiam ser nada mais do que sinais da nossa esperança ou das nossas preces. Nós não poderíamos certificar-nos de que eles *realmente* lavassem uma alma do pecado no batismo, por exemplo, pois que só o poder divino pode fazê-lo. Mas, por haverem sido os sacramentos instituídos por Cristo para o fim expresso de fazerem aquilo que simbolizam, nós sabemos que eles são mais do que meros sinais. Aquilo que significam, isto eles de fato realizam. O Batismo realmente purifica a alma do peca-

talece a vida do espírito e leva-a à maturidade espiritual. A Comunhão não é meramente um sinal do corpo e do sangue de Cristo, é realmente estas coisas.

Meios para a graça

Sem dúvida, não quer isto dizer que os sacramentos sejam mágicos ou automáticos. Devem ser ministrados por pessoa qualificada por Cristo para o fazer, a qual pretenda realmente administrar um dos sacramentos de Cristo. O recebedor deve estar preparado e ser capaz de receber o sacramento. Se para êle o sacramento não passa de um gesto ocioso, nenhum bem lhe fará. Deus não exige que recebamos os Sacramentos; a cada um é dado livre arbítrio para escolher, mas, rejeitando os Sacramentos, nós rejeitamos os meios para a graça que Deus livremente nos oferece.

Os sacramentos foram ideados para serem ministrados por cristãos a cristãos na Igreja. Eles são o principal título que a Igreja tem para a sua pretensão de ser “santa”. O cristão que na Igreja vive a vida de Cristo tem esses meios constantemente a seu dispor para preservar, restaurar, aumentar a espécie de vida que Cristo lhe possibilitou viver. Eles são, por assim dizer, outras tantas artérias pelas quais o sangue vital é trazido aos membros do Corpo de Cristo. Conforme os sacramentos sejam digna e piedosamente recebidos, os mem-

de Cristo.

«Poder absoluto»

Antes da sua ascensão ao céu, Nosso Senhor deu aos seus Apóstolos a grande incumbência de batizarem. Em certo sentido, este é o diploma de santificação da Igreja. "Todo poder me foi dado no céu e na terra", disse êle. "Ide, pois, e ensinai tôdas as nações, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observarem tudo o que eu vos mandei" (Mt 28, 18 ss.).

O Batismo, o sinal da pertença à Igreja de Cristo, é mais do que um sinal; é uma necessidade absoluta. "Se o homem não renascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus", foram as palavras de Cristo a Nicodemos (Jo 3, 5). A importância do batismo foi frisada sobretudo pelos primeiros sacerdotes e bispos de Nosso Senhor, os chefes da Igreja, os Apóstolos. "Levantai-vos e batizai-vos e purificai-vos dos vossos pecados", foram quase as primeiras palavras que o Apóstolo Paulo teve de ouvir na sua fé cristã recém-achada (At 22, 16). E foi Paulo quem melhor do que todos exprimiu a tradicional fé cristã no poder deste sacramento de Cristo:

"Sabeis que todos nós que fomos batizados em união com Cristo Jesus, em união com a sua morte fomos batizados? Sim, com êle fomos sepultados na morte por meio do batismo, a fim

suscitou dos mortos pelo glorioso poder do Pai, assim também nós possamos conduzir-nos por um novo princípio de vida. Ora, desde que nós crescemos para sermos um com êle através de uma morte como a dêle, também seremos um com êle por uma ressurreição como a dêle. Sabemos que o nosso velho eu foi crucificado com êle, a fim de que o corpo escravizado ao pecado seja reduzido à impotência, e não mais sejamos escravos do pecado; porque aquêle que está morto está uma vez por tôdas quites com o pecado. Mas, se morrermos com Cristo, cremos que com êle também viveremos, visto sabermos que, tendo ressurgido dos mortos, Cristo já não morre; a morte não mais terá domínio sobre êle. A morte que êle suportou foi uma morte para o pecado uma vez por tôdas, mas a vida que êle vive é uma vida para Deus. Assim vós também deveis considerar-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus" (Rom 6, 3-11).

O Batismo salva

O Batismo põe-nos em união com Cristo, dá causa a que participemos da vida dêle, na medida em que a sua morte é a nossa própria morte e a sua ressurreição a nossa ressurreição. Estamos mortos para o pecado e vivos para a vida de Deus. Somos novas pessoas. Não admira, pois, que S. Pedro diga

salva" (1 Ped 3, 21).

Por certo, não quer isto dizer que o batismo seja uma garantia automática de salvação. Deus salva o homem sem destruir a liberdade do homem. Não há, durante esta vida, nenhuma absoluta e infalível certeza de salvação, porque a todo tempo está no poder do homem voltar as costas a Deus e rejeitá-lo. O mesmo sucede com o Batismo. O Batismo tem o poder, a êle dado por Cristo, de realizar a coisa maravilhosa que Paulo acima descreveu. Mas é um poder ao qual se pode resistir. E' um fato triste, mas verdadeiro, que em alguns casos uma pessoa batizada pode não ser distinguida de uma não-batizada, simplesmente por não ter escolhido viver como alguém que foi pôsto em união com Cristo. De fato, sempre que cometemos um pecado grave, nessa mesma medida estamos nos afastando da nossa união com Cristo e voltando à escravidão da qual êle nos libertou.

Caminho de tôda carne

Cristo sabia que os membros da sua Igreja pecariam, e assim quebrariam o vínculo que os unira a êle no Batismo. Tal era, porém, a misericórdia divina, que Deus não permitiria que êsse vínculo fôsse quebrado para sempre, e, para assegurar isto, êle forneceu outro canal de graça. Quando uma pessoa comete o pecado, tem um caminho seguro para tornar à salvação de Cristo, através do sacramento da penitência.

os pecados do penitente, devidamente confessados ao ministro de Cristo. A forma são as palavras de absolvição, pronunciadas pelo sacerdote da Igreja em nome de Cristo. Este sinal sacramental da confissão e do perdão é mais do que um símbolo; é a verdadeira absolvição dada ao pecador pelo próprio Cristo.

Por que é que a confissão é necessária a um mero ser humano? Por que não pode o pecador simplesmente ir a Deus diretamente e obter o perdão? Porque Deus determinou que por meio da confissão ao seu sacerdote e da absolvição dada pelo mesmo sacerdote é que êle perdoará os nossos pecados. Nós não decidimos por nós mesmos como é que havemos de obter perdão, tal como primeiramente não decidimos por nós mesmos como é que havemos de obter a salvação de Cristo. Se o sacerdote pode agir por Deus na matéria do Batismo, que nos purifica do pecado, por que havemos de pôr em dúvida a sua incumbência, recebida de Deus, de transmitir o perdão do pecado através do igualmente válido Sacramento da Penitência instituído por Cristo?

«Recebei...»

Porquanto Deus certamente deu aos seus Apóstolos o poder de perdoar os pecados. Escute-se a maneira solene como êle conferiu êsse poder — novamente usando sinais numa forma que era mui sacramental — quando apareceu a êles após a sua res-

surreição: "Então disse-lhes Jesus outra vez: "A paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, assim também eu vos envio". Com isto, soprou sobre eles e disse: "Recebei o Espírito Santo. Aquêles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; e aquêles a quem os retiverdes ser-lhes-ão retidos" (Jo 20, 21 ss.).

Esse poder, note-se, éle o deu a eles justamente como lhes deu a grande incumbência do batismo — isto é, para ficar com a Igreja por todo o tempo. É um poder que éle lhes deu como a seus enviados, como àqueles que devem representá-lo entre os homens até que éle volte. É um poder dado à Igreja na pessoa dos seus chefes, do seu sacerdote. É o poder que previamente éle dera ao chefe dos seus Apóstolos, S. Pedro, quando lhe prometeu a chefia da Igreja: "Tudo o que ligares na terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado no céu" (Mt 16, 19).

O Modo de agir de Deus

Com que direito, pois, desprezará alguém esse poder que Cristo deu à sua Igreja? Quem terá a presunção de dizer que esse poder não existe, ou que não se precisa recorrer a éle? Quem quer que diga que *prefere* ir a Deus diretamente para ter perdoados os seus pecados não está fazendo o que Deus quer, mas sim o que éle escolhe. Diz, com efeito: "Perdoai-me, ó Deus — mas não pelo modo como deter-

minastes que eu rosse perdoado. Perdoai-me pelo modo como eu quero ser perdoado".

Aos Apóstolos foi dado poder não somente de perdoar o pecado, mas também de o *reter*. Por outras palavras, foi-lhes dado o poder de julgar quais pecados deveriam ser perdoados e quais não. Este juízo só poderia ser exercido havendo confissão do pecado. "Confessai os vossos pecados uns aos outros", disse S. Tiago, "e rezai uns pelos outros para serdes curados" (Tgo 5, 16). Desde tempos imemoriais Deus proporcionou um meio de perdão somente através da confissão dos pecados (veja-se Levítico 5, 5, etc.). Sem confissão, como pode o ministro de Cristo julgar o estado de alma do pecador e determinar se o perdão é justificado?

A penitência não é uma posição automática, como tanto pouco o é o batismo. Se um pecador fôsse pedir perdão sem um verdadeiro e sincero pesar dos seus pecados e sem um firme propósito de emenda, então não poderia receber perdão. Poderia enganar o padre a quem se confessava, mas não enganaria a Deus. A absolvição do padre só é eficaz na medida em que o penitente não lhe põe obstáculos no caminho, tal como o rito do batismo seria sem sentido se não houvesse verdadeira intenção de aceitar a salvação de Cristo.

Pecados perdoados

Mas, quando a confissão é feita direito, com verdadeiro pe-

então o juízo do padre expresso na absolvição tem para apoiá-lo a garantia das palavras de Cristo: "Aquêles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados". Esta é uma grande consolação que nós temos como católicos, o sabermos que perdão seguro e certo está sempre disponível. Esta é a garantia de Cristo. A voz do padre no confissãoário é a voz de Deus, pois Nosso Senhor disse aos seus emissários: "Quem vos escuta a mim escuta, e quem vos despreza a mim despreza; mas quem me despreza, despreza aquele que me enviou" (Lc 10, 16).

Por motivos que já agora seriam evidentes, os sacramentos do batismo e da penitência são chamados "sacramentos dos mortos". Eles são os sacramentos a que recorremos na morte espiritual, para nos livrarmos da morte do pecado e restaurarmos em nós a vida de Deus. Os outros sacramentos são chamados "sacramentos dos vivos", isto é, sacramentos cuja função é aumentar e fortalecer a vida espiritual de que participamos como membros do Corpo de Cristo, da Igreja.

Fé mais forte

O primeiro entre estes últimos é a Confirmação. Como o nome indica, a finalidade deste sacramento é confirmar ou fortalecer o cristão na sua denominação de cristão. Por isto é às vezes chamado o sacramento da maturidade espiritual — embora o

anção. A maturidade da alma é inteiramente diferente da maturidade do corpo. Uma criança pode dar um exemplo de crescimento espiritual que envergonhe os mais velhos, e algumas pessoas atingem uma idade veneranda sem sequer terem partido da infância do espírito. Na Confirmação, o Espírito Santo é novamente dado à pessoa batizada, para que ela seja fortalecida a fim de levar consigo a sua fé pelo mundo, a fim de poder trabalhar bem pela sua salvação e pela dos outros.

Quando foi exatamente que Nosso Senhor estabeleceu este sacramento não o sabemos. Mas que ele o estabeleceu, e que instruiu os seus Apóstolos e os sucessores destes para o administrarem, isto vemo-lo pela prática apostólica no Novo Testamento.

"Ora, quando os apóstolos em Jerusalém ouviram dizer que a Samaria tinha aceitado a palavra de Deus, enviaram-lhe Pedro e João. À sua chegada, estes oraram pelos Samaritanos, para que recebessem o Espírito Santo, visto como ele ainda não tinha vindo sobre nenhum deles, por haverem eles sido somente batizados em nome do Senhor Jesus. Então Pedro e João impuseram as mãos sobre eles, e eles receberam o Espírito Santo" (At 8, 14 ss.).

"Depois de passar pelos distritos mais altos, Paulo veio a Éfeso e ali achou certos discípulos. E perguntou-lhes: "Recebes-

ponderam: "Nós ainda nem sequer ouvimos dizer que há um Espírito Santo". "Então que espécie de batismo recebestes?", perguntou Paulo. E eles responderam: "O de João". "João", respondeu Paulo, "batizava com um batismo de penitência, dizendo-lhes crerem naquele que viria após ele, isto é, em Jesus". Isto ouvindo, eles foram batizados em nome do Senhor Jesus, e, quando Paulo lhes impôs as mãos, o Espírito Santo desceu sobre eles, e eles começaram a falar várias línguas e a profetizar" (At 19, 1-6).

Símbolos usados

A Confirmação ainda é ministrada pela imposição das mãos, tal como a ministravam os Apóstolos. A Igreja cercou esse rito de símbolos adicionais. O óleo é usado porque, assim como os atletas nos antigos tempos eram fortemente ungidos antes de iniciarem as disputas da arena, é de supor que, por esse sacramento, o cristão é preparado para as lutas da vida no tocante à sua fé. Para simbolizar a mesma coisa, o Bispo confirmante bate levemente na face do confirmado.

Na parte da Igreja Católica que usa o Latim nas suas cerimônias, a administração do sacramento da Confirmação tem sido tradicionalmente reservada aos Bispos, embora sob certas condições sacerdotes comuns tenham permissão para confirmar. Na parte oriental da Igreja, en-

línguas orientais, os sacerdotes regularmente confirmam por concessão especial do Papa.

A Eucaristia

O mais familiar de todos os sacramentos dos vivos é, sem dúvida, a sagrada Comunhão, e em certo sentido ele é, de modo único, importante, por causa da sua contínua necessidade para todos os verdadeiros cristãos.

Quase toda gente está familiarizada com a narrativa evangélica da Última Ceia, e sabe da instituição deste sacramento (em Mt 26, 26 ss.; Mc 14, 22 ss.; e Lc 22, 19 ss.). Além destas passagens, há dessa instituição um relato inteiramente independente feito por S. Paulo (1 Cor 11, 23-29), o qual concorda em tudo com os evangelhos.

Entretanto, não é da narração da instituição que nós temos a nossa melhor informação sobre o que Cristo pretendeu com este sacramento, e sobre a importância que lhe ligou. Isto o achamos no evangelho de S. João, quando o evangelista relata a promessa do sacramento feita por Cristo, um ano antes da real instituição.

"Eu sou o pão de vida", disse Jesus aos seus discípulos naquela ocasião. "Vossos pais comeram o maná no deserto e morreram. O pão de que eu falo, pão que desceu do céu, ninguém que dele comer morrerá. Eu sou o pão vivo que desceu do céu. Se alguém comer deste pão, viverá eternamente; e, ademais, o

carne pela vida do mundo" (Jo 6, 48-51).

Cristo, portanto, claramente nos disse que o que êle ia dar à humanidade era a sua própria carne e sangue, era o seu próprio corpo "dado pela vida do mundo", e que êsse dom seria um instrumento de vida eterna. Esta foi talvez a promessa mais extraordinária por êle jamais feita, e foi saudada com a mesma espécie de reação que o mesmo ensinamento frequentemente recebe hoje em dia.

Não podiam crer

"Tiveram então os judeus entre si violenta discussão. Argumentavam: "Como pode êste homem dar-nos sua carne a comer?" (Jo 6, 52). Pergunta justa seguramente, e pergunta que muitas vêzes é feita aos católicos hoje em dia: "Como podem vocês crer que na Comunhão recebem realmente a carne de Cristo?"

Ora, há muitos cristãos que sustentam que Cristo nunca teve em mente que as suas palavras fôsem tomadas ao pé da letra. Insistem em que o pão e o vinho do sacramento são símbolos, e nada mais. Mas isto quereria dizer que também não haveria um sacramento real. Um sacramento não é apenas um sinal vazio, mas um sinal que simboliza uma realidade espiritual. O pão e o vinho simbolizam o corpo e o sangue de Cristo, é verdade, mas o corpo e o sangue que êles simbolizam estão

mente presentes.

E que foi que Cristo disse por ocasião dessa promessa? Acaso apressou-se a assegurar aos seus ouvintes que não pretendia nada mais do que dar um símbolo do seu corpo e do seu sangue? Pelo contrário: escute-se o que êle continuou dizendo:

Cristo tornou claro

"Disse-lhes então Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue possui a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia. Porque a minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue é verdadeiramente bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e eu nêle. Assim como me enviou o Pai que vive, e assim como eu vivo pelo Pai, assim também aquêle que me come viverá por mim. Este é o pão que desceu do céu. Não é como o maná que vossos pais comeram e morreram. Quem come êste pão viverá eternamente" (Jo 6, 54-58).

"Minha carne é verdadeiramente comida... meu sangue é verdadeiramente bebida... quem me come...". Certamente não há nestas palavras atenuação das declarações de Cristo. Cristo nessa ocasião perdeu muitos discípulos, porque êles disseram: "Dura é esta linguagem, e quem pode ouvi-la?" (Jo 6, 61). E não

fêz nada para os reter. Que as palavras são duras ninguém pode negar. Mas devem ser aceitas por todo cristão verdadeiro. Nessa passagem Nosso Senhor claramente nos disse que essa dádiva do seu corpo e do seu sangue é uma necessidade para nós, que a manducação dela acarreta a vida eterna. Portanto, trata-se de um importantíssimo sacramento, de um sacramento que verdadeiramente deveria ser o pão de cada dia dos cristãos. De fato, muitos católicos recebem diariamente a sagrada Comunhão.

Pão e / ou vinho

Outra vez há aqui uma diferença nos costumes seguidos pela Igreja Ocidental ou Latina e pela Igreja Oriental. Por longo tempo tem sido prática no Ocidente dar a Comunhão sob a simples forma de pão, ao passo que a Igreja Oriental conservou o antigo costume de usar tanto o pão como o vinho. Esta diferença absolutamente não afeta o essencial do sacramento, é mera questão de praticabilidade. Desde que saibamos que o Sacramento realmente contém o corpo e o sangue de Cristo, e desde que Cristo tem um corpo vivo e não um corpo morto, sabemos que, onde estiver seu corpo, aí estará também o seu sangue. Pode, pois, a Comunhão ser recebida, toda inteira, sob a forma de pão ou sob a forma de vinho. Outro tanto disse Paulo no seu relato da instituição do sacramento:

“Pelo que, todo aquêle que comer êste pão ou beber o cálice do

Senhor indignamente será réu do corpo e do sangue do Senhor” (1 Cor 11, 27). (Note-se que esta é a tradução correta desta passagem, como aparece nas versões católicas do Nôvo Testamento e em algumas modernas versões protestantes).

Há dois sacramentos dos vivos que se destinam, cada um, somente para uma parte do Corpo de Cristo, que é a Igreja. Na Igreja, diz Paulo: “Há, na verdade, diferenças de graças, porém um mesmo é o Espírito que as distribui. Há também diversidade de ministérios, mas um mesmo é o Senhor para quem se ministra. E há diversidade de operações, mas um mesmo é o Deus que opera tôdas as coisas em todos” (1 Cor 12, 4-6). As duas divisões fundamentais dos fiéis para as quais o Espírito Santo proporciona graça através da ordem sacramental são o clero (Ordens Sacras) e os leigos (Matrimônio).

O estado clerical começou a existir quando Cristo escolheu os Apóstolos para serem seus sucessores e os continuadores da sua obra. A êles confiou êle responsabilidades e poderes que não deu ao resto dos seus discípulos — o poder e responsabilidade de continuarem o sacramento da Última Ceia (Lc 22, 19 ss.), de perdoar ou reter pecados (Jo 20, 21 ss.) e outros que tais; em suma, de ministrarem os sacramentos da sua Igreja e governarem-na em seu nome.

Ordens sacras

Essa responsabilidade requer a abundante graça de Deus, e, para proporcionar esta graça, Cristo instituiu o sacramento das Ordens Sacras. Foi com referência a este sacramento que Paulo escreveu ao seu discípulo Timóteo, que ele pusera à testa da Igreja em Éfeso: "Não descures a graça que está em ti, a qual te foi dada por designação inspirada, com a imposição das mãos do presbitério" (1 Tim 4, 14).

A imposição das mãos era o modo costumeiro de ministrar este sacramento na Igreja apostólica, como vemos nessa passagem da 1ª Ep. a Timóteo, como também na ulterior palavra de S. Paulo ao seu discípulo: "Não te apresses a impor as mãos a ninguém" (1 Tim 5, 22). "Advirto-te que faças reviver a graça de ofício que está em ti pela imposição de minhas mãos" (2 Tim 1, 6); e, nos Atos dos Apóstolos, na nomeação dos sete homens que deviam ajudar os Apóstolos nas suas funções (At 6, 5 ss.).

A Igreja primitiva

Na Igreja primitiva havia uma distinção nos vários ofícios inerentes ao sacramento das ordens sacras, e nomes específicos eram usados para as diferentes funções. Era usada a palavra *presbítero* (At 20, 17, por exemplo), e também a palavra *episcopos* ("bispo", At 20, 28). Evidentemente, no comêço não se fazia distinção positiva entre os dois

titulos, mas gradualmente a palavra *episcopos* veio a ser usada somente para alguém que havia recebido a plenitude das ordens, um sucessor dos Apóstolos no mais pleno sentido, ao passo que *presbítero* era considerado quem tinha os poderes *ordinários* das Ordens Sacras. A palavra *episcopos* redundou em "bispo", e *presbítero* veio a designar o "sacerdote". Assim, nós temos os nossos nomes "modernos" claramente derivados das origens do Nôvo Testamento. Semelhantemente os ministros menores da Igreja, os diáconos. Em 1 Timóteo 3, 8 ss., por exemplo, Paulo adverte Timóteo sobre as qualificações que devem ser possuídas pelos que têm o ofício de *diáconos*, ordem claramente distinta da de *episcopos* ou da de *presbítero*.

Sacerdotes de Cristo

O fato de os nomes tradicionais se haverem desenvolvido dos termos do Nôvo Testamento estabelece uma continuidade entre os ofícios tais como os achamos na Igreja Apostólica e tais como são achados na tradicional Igreja Cristã através da história. A palavra *presbítero*, é verdade, em grego significa "mais velho", e *episcopos* quer dizer "vigia", tal como *diáconos* quer dizer "servo". Paulo e os outros Apóstolos deliberadamente se abstiveram de usar para os ministros cristãos as palavras comuns correspondentes a "sacerdote" e outras que eram aplicadas aos sacerdotes pagãos ou

junto de títulos. Mas os *presbíteros* de que Paulo fala possuíam o ofício que ainda subsiste na Igreja Católica, ao qual ainda hoje nós damos o mesmo título, agora na forma de "sacerdotes".

Matrimônio, um Sacramento

A outra grande classe dos membros da Igreja é o laicato. Para os leigos é o Sacramento do Matrimônio. Nem todo leigo recebe esse sacramento, é verdade, mas no entanto ele é o sacramento de "ofício" que é mais característico do laicato como um todo.

Nem todo matrimônio é um sacramento, mas somente os matrimônios dos cristãos. A Igreja Católica, todavia, ensina que o matrimônio de dois protestantes batizados é igualmente um sacramento como o de dois católicos.

Todo matrimônio é um contrato estipulado na presença de Deus e, como contrato, é indissolúvel. Isto é igualmente verdadeiro do matrimônio de dois pagãos, dois ateus ou dois infiéis. Desde que as partes tencionam contrair um matrimônio verdadeiro, firmam um contrato irrevocável.

Mas o matrimônio cristão é, além disso, um sacramento. As pessoas batizadas acham no seu estado conjugal uma fonte de graça, uma graça "de ofício", para lhes proporcionar os necessários auxílios no cumprimento das suas responsabilidades. A

trimônio cristão é a de Paulo (Ef 5, 25-33).

"Maridos, amai vossas mulheres, tal como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela. A fim de santificá-la, purificando-a no batismo de água pela palavra de vida. Para ele mesmo apresentá-la a si Igreja gloriosa, não tendo mancha, nem ruga, nem coisa semelhante, mas como quem é santa e imaculada. Assim também devem os maridos amar suas mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama sua mulher ama-se a si mesmo. Porque ninguém jamais aborreceu sua própria carne; antes a nutre e a trata, como Cristo faz à Igreja. Porque somos os membros do seu Corpo. Por isto deixará o homem seu pai e sua mãe e prender-se-á a sua mulher, e serão dois em uma só carne. Grande é este mistério, mas digo-o em relação a Cristo e à sua Igreja. Assim cada um de vós ame sua mulher como a si mesmo, e tenha a mulher reverência a seu marido".

O fato de Paulo haver podido comparar a união do homem com a mulher no matrimônio cristão com a união de Cristo com sua Igreja mostra a estima que ele lhe dispensava. Semelhantemente, desde os tempos apostólicos a Igreja Católica tem insistido em que no matrimônio cristão há graça dada pelo Espírito Santo tal como a graça do Espírito une o cristão a Cristo.

Paulo claramente distinguiu este matrimônio cristão, sacra-

Escreveu, por exemplo, com relação ao matrimônio de um cristão com um não-cristão:

Deus dá a graça

"Se algum de nossos irmãos tem mulher infiel, e esta consente em habitar com ele, não a deixe. E, se alguma mulher fiel tem marido infiel e este consente em habitar com ela, não deixe ela o marido. Porque o marido infiel é santificado pela mulher fiel, e a mulher infiel é santificada pelo marido fiel; do contrário, vossos filhos seriam impuros, enquanto que agora são santos. Mas, se o infiel se separa, separe-se; porque o irmão ou a irmã não estão sujeitos a tal servidão. Deus nos chamou a vivermos em paz. Porque, de fato, ó mulher, como sabes que salvarás teu marido? Ou tu, marido, como sabes que salvarás tua mulher?" (1 Cor 7, 12-16). Tal matrimônio, diz S. Paulo, é válido e verdadeiro. Não pode ser dissolvido pelo divórcio. O cônjuge infiel deve ser aceito — é essa, por assim dizer, uma união em que o cônjuge infiel é tornado aceitável, "consagrado", por causa do cônjuge fiel. Por amor da paz da família cristã, paz daí resultante, o matrimônio deveria continuar. Os filhos de tais uniões são "santos", isto é, pertencem à comunidade cristã.

O Sacerdote é testemunha

O sacramento do Matrimônio é administrado, um ao outro, pelos dois parceiros na união. E'

mônio sacramental, ambas as partes devem ser cristãos batizados. Se um deles é incapaz de receber um sacramento, então obviamente não pode haver sacramento, porque há apenas entre eles o matrimônio de um. Quando os dois realmente consentem, um ao outro, e trocam os seus votos, então o sacramento é conferido. O sacerdote que, pela lei da Igreja, deve assistir aos casamentos católicos é, realmente, a testemunha oficial da Igreja no casamento. Ele não administra o sacramento, simplesmente vê que é administrado.

Que dizer do casamento de um cristão batizado com uma pessoa não-batizada? Este não pode ser um casamento sacramental, embora nem por isso deixe de ser uma possível união válida e santa. Contudo, se tal casamento mais tarde muda o seu caráter, isto é, se mais tarde o não-batizado é batizado e faz-se cristão, conclusão lógica é que o casamento que começou como não-sacramental torna-se agora um sacramento. Agora é um casamento entre dois cristãos, com todas as qualidades maravilhosas que Paulo atribui a tal união.

A Extrema-unção

O último sacramento que consideraremos é aquele que é chamado Extrema-Unção. E' chamado a última ou "extrema" unção porque o cristão comum recebeu outras unções durante a vida — no batismo, na confirmação, etc.

no sentido de só ser destinada aos que estão para morrer. Este é um mal-entendido comum. A extrema-unção, é verdade, só pode ser ministrada quando a pessoa está em perigo de morte. Primariamente pretende ela preparar essa pessoa para a morte, se tal fôr a vontade de Deus. Mas também pretende restituir a saúde à pessoa doente, se Deus assim o quiser. Todo sacerdote que tem conscienciosamente administrado este sacramento numa paróquia ou hospital pode dizer dos numerosos restabelecimentos que podem ser atribuídos a esta unção final.

Quando ou em que ocasião o sacramento foi instituído por Nosso Senhor, isto não sabemos. Sabemos que ele ordenou aos seus discípulos fazerem uso da unção para fins simbólicos (veja-se Mc 6, 12 ss.). Esta prática certamente foi continuada na Igreja apostólica. Para isto, temos o testemunho de S. Tiago:

“Algum dentre vós acha-se enfermo? mande vir os sacerdotes

ungindo-o com óleo em nome do Senhor. E a oração da fé salvará o enfermo, e o Senhor o aliviará. E, se ele houver cometido pecados, estes ser-lhe-ão perdoados” (Tiago 5, 14 ss.).

A tradição universal da Igreja Católica sempre sustentou a instituição divina deste sacramento da Extrema-Unção. A sua matéria e forma são o óleo consagrado e as orações do sacerdote ministrante. Sua finalidade é aumentar a união do cristão com Deus, confortá-lo e fortalecê-lo contra a tentação, e prepará-lo para o céu, removendo-lhe da alma os resultados do pecado.

Essa é a função da Igreja que Cristo estabeleceu, a Igreja santificadora que deve continuar a sua obra redentora através de todos os tempos: estar com os membros do seu Corpo desde os seus primeiros momentos, no sacramento do Batismo, e através de toda a sua vida até à Extrema-Unção, que os prepara para a verdadeira morada do cristão por toda a eternidade.

A MISSA...o eterno sacrifício



No século quinto antes de Cristo, o profeta Malaquias condenava os indignos sacrifícios que eram oferecidos a Deus pelo sacerdócio de Jerusalém. Falando em nome de Deus, dizia êle:

“Não me agrado de vós”, diz o Senhor Deus dos exércitos, “e não receberei dom das vossas mãos. Porque, do nascer do sol até o ocaso, meu nome é grande entre as gentes, e em cada lugar há um sacrifício, e ali é oferecido a meu nome uma oblação pura: pois meu nome é grande entre as gentes”, diz o Senhor Deus dos exércitos” (1 10-11).

A tradição cristã tem visto nas palavras de Malaquias um prognóstico do sacrifício da Nova Lei, a qual chamamos a Missa. E, na verdade, a Missa é um sacrifício oferecido “em cada lugar”, do Ocidente ao Oriente. E’ o sacrifício do próprio Cristo, continuado, através das idades, na sua Igreja.

O sacrifício é da própria essência da religião. “Religião” deriva de uma palavra latina que quer dizer “ligar de novo”, isto é, ligar de novo a criatura, uni-

la com o Criador. E só através do sacrifício é que essa união com o Criador pode ser perfeitamente adquirida. Foi através do sacrifício que o próprio Cristo pôde realizar isto para o homem. Sômente através da perpetuação dêsse sacrifício é que essa união pode ser mantida.

Sacrifício é uma oblação feita a Deus para reconhecer o seu poder supremo, para pôr o adorador em união com êle. Na sua forma mais simples, pode o sacrifício ser considerado um “dom” feito a Deus, embora o homem realmente nada possa dar ao Dador de tudo. E’ êle, talvez, mais bem descrito como um gesto que indica o espírito de boa-vontade e de abnegação da parte daquele que o oferece. Até mesmo os povos mais primitivos, cuja religião pode ser rude e pejada de superstição, geralmente são movidos por um espírito de sacrifício e pela intenção de agradar a Deus.

Os Judeus tinham muitos dêsses sacrifícios. Sob alguns aspectos os sacrifícios judaicos eram, materialmente, da mesma espécie que os dos gentios. Mas

preensão de Deus através da própria revelação de Deus, podiam oferecer sacrifícios com a segurança de serem estes agradáveis a Deus, e pela sua Lei sabiam como esses sacrifícios deviam ser oferecidos.

Os Judeus tinham várias espécies de sacrifícios, cada um oferecido para fins específicos. Um era chamado o "holocausto", ou "oferta total incinerada". Neste sacrifício, uma vítima animal era inteiramente destruída, ou, no caso dos pobres que não podiam oferecer esses custosos sacrifícios, tortas ou incenso eram queimados como sinal do desejo do sacrificador de honrar a majestade de Deus.

Oblações de paz

Outros sacrifícios eram chamados "oblações pelo pecado" ou "oblações pela culpa", e destinavam-se especialmente a remover o pecado. Um tipo final de sacrifício era chamado pelos Judeus a "oblação de paz". Em hebraico, a palavra "paz" quer dizer muito mais do que ordinariamente ela significa em nossas línguas. Significa "integridade", "harmonia". A paz com Deus significava união com Deus, e isso era especialmente o que este sacrifício pretendia simbolizar. Portanto, uma parte importante deste rito residia na refeição sacrificial que se seguia ao sacrifício.

Tendo sido incineradas em honra de Deus as partes sele-

crifício, agora considerado sagrado por haver sido dedicado a Deus, era comido por aquele que oferecera o sacrifício e por seus amigos. Este tipo de sacrifício era uma ocasião em que uma pessoa rica teria oportunidade de repartir suas posses com os pobres convidando-os a participarem do sacrifício consigo. A manducação da vítima sacrificial era um pálido prognóstico da Sagrada Eucaristia da Missa.

Na oblação de paz havia comunhão — comunhão de Deus com o homem, comunhão entre os homens sob Deus. Na Missa há esta mesma Comunhão de modo muito mais elevado. O que torna a Missa o mais elevado de todos os sacrifícios é a natureza da Vítima, o próprio Cristo. Porque a Missa é a continuação do sacrifício de Cristo, por ele oferecido mediante a sua vida e morte.

A obra de Cristo na terra, e especialmente a sua paixão e morte, foi um sacrifício pelo qual nós fomos unidos a Deus através de Cristo nosso Mediador. A Epístola aos Hebreus diz de Cristo:

"Tendo, pois, um grande pontífice, que entrou no íntimo dos céus, Jesus Filho de Deus, sustentemos a fé professada... Marchemos, pois, cheios de confiança para o trono de graça, a fim de obtermos misericórdia e alcançarmos a graça no socorro oportuno" (4, 14, 16).

Jesus é, pois, o sacerdote, o ofertante do sacrifício. Isso foi por designação divina, prossegue dizendo a epístola:

“Assim também não foi Cristo que se glorificou a si mesmo para se fazer pontífice, mas sim aquele que lhe disse: “*Es meu Filho, gerei-te hoje*”. Como igualmente diz ainda noutro lugar: “*Es o sacerdote eternamente, segundo a ordem de Melquisedec*” (5, 5 ss.).

Porém Cristo não foi somente o sacerdote deste sacrifício, foi também a Vítima, o próprio e verdadeiro objeto do sacrifício:

“Nos dias da sua vida mortal, oferecendo com grande clamor e lágrimas preces e súplicas àquele que podia salvá-lo da morte, por causa da sua reverência Jesus foi atendido. E, conquanto fôsse o Filho de Deus, aprendeu a obediência através das coisas que sofreu. E, depois de ser elevado às alturas da perfeição, tornou-se para todos os que lhe obedecem a causa da eterna salvação, chamado como fôra por Deus pontífice segundo a ordem de Melquisedec” (Heb 5, 7-10).

E a epístola prossegue dizendo que é eterno esse sacrifício de Cristo:

“No caso de Jesus interveio o juramento daquele que lhe disse: “O Senhor jurou, e não se arrependerá; és sacerdote por toda a eternidade”... E este, como permanece para sempre, possui um sacerdócio sempiterno. Portanto, pode perpétuamente sal-

vêm a Deus, estando sempre vivo para interceder por nós” (7, 21 ss., 24 ss.).

O mesmo sacrifício

Não é que Cristo ofereça quaisquer sacrifício *a mais*, porém *continua o mesmo* sacrifício. “Ele não precisa oferecer sacrifício dia por dia, como o fazem os outros sacerdotes, primeiro pelos seus próprios pecados e depois pelos pecados do povo. Fê-lo uma vez por todas quando se ofereceu a si mesmo” (7, 26 ss.).

Este sacrifício Cristo continua a oferecer no céu. “Tomou seu assento à direita do trono da Majestade divina no céu. Ali, no santuário e no verdadeiro tabernáculo, que o Senhor e não o homem erigiu, ele prossegue as suas funções sacerdotais. Para isto todo sacerdote é designado — para oferecer dom e sacrifícios” (8, 1, ss.).

O Mediador

Esse sacrifício eterno que Cristo continuamente oferece no céu ao Pai é a nossa salvação. “Nem com o sangue dos bodes ou de novilhos, mas com o próprio sangue entrou ele no santuário uma vez, obtendo uma redenção eterna” (9, 12). “E’ por isto que ele é Mediador do Nôvo Testamento, a fim de que, intervindo a morte para a redenção daquelas prevaricações que havia sob o antigo testamento, os que foram chamados recebam a herança eterna que fôra prometida” (9, 15).

Pode-se concordar com o tes-

témunho do Novo Testamento concernente ao sacrifício de Cristo pela nossa salvação, mais ainda se quer perguntar: "Mas onde é que a Missa se encaixa no quadro?"

Os evangelhos fornecem uma resposta clara. Ali lemos que na noite em que Jesus foi traído, na qual sua paixão devia começar, "antes de terminar a ceia, Jesus tomou nas mãos pão e, depois de dar graças, partiu-o em porções e deu-as aos discípulos dizendo: "Tomai e comei. Isto é meu corpo". Tomou também o cálice, e, após dar graças, passou-o a eles, dizendo: "Bebei dê-le todos, porque isto é o meu sangue do novo Testamento, que vai ser derramado em favor de muitos para a remissão dos pecados" (Mt 26, 26 ss.). Os outros dois evangelhos que registam este grande acontecimento não diferem grandemente; veja-se Marcos 14, 22 ss., e Lucas, 22, 19 ss.

Um relato independente que Paulo recebeu da tradição é achado em 1 Cor 11, 23-26.

O Novo Testamento

"O fato é que eu recebi como vindo do Senhor, e a vós transmiti, que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão e, dando graças, partiu-o e disse: Tomai e comei: isto é o meu corpo que será entregue por amor de vós; fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é o Novo Testamento em

meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciareis a morte do Senhor até que ele venha".

Por estes textos ficamos sabendo, antes de tudo, que Cristo identificou o sacramento da Sagrada Eucaristia ou Sagrada Comunhão, seu corpo e seu sangue, com o fato do seu sacrifício — "Isto é o meu sangue do Novo Testamento, o qual será derramado em favor de muitos, para a remissão dos pecados"... "Isto é o meu corpo que por vós é dado". Depois, Cristo mandou que esse ato continuasse, o mesmo ato que ele praticara na última ceia: "Fazei isto como meu memorial" (Lc 22, 19). "Fazei isto... em memória de mim... Todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice do Senhor, anunciareis a morte do Senhor até que ele venha" (1 Cor 11, 25 ss.).

O rito pelo qual o corpo e o sangue de Cristo são postos à disposição dos homens é, portanto, um memorial do sacrifício de Cristo. Quem oferece este rito memorial são os sacerdotes da Igreja, os sucessores dos Apóstolos aos quais Cristo deu o mandato: "Fazei isto". Por causa da união deste rito com o sacrifício de Cristo, o próprio rito é um sacrifício — não por causa da eficácia da oblação humana, mas em virtude do sacrifício que ele rememora. Cristo é o sacerdote principal que oferece este sacri-

ministro.

Assim, a Missa é a mesma coisa que o sacrifício da cruz. Não importa quantas vezes ela é oferecida, nem em quantos lugares ao mesmo tempo: ela é o mesmo sacrifício de Cristo. Cristo está sempre oferecendo-se a si mesmo na Missa.

Salvação para todos

O que Cristo efetuou mediante o seu sacrifício na cruz efetuou-o para todo o tempo. Ele não sofre mais. Sem dúvida o sacrifício continua somente nos seus efeitos. Isto é o que a Epístola aos Hebreus quer dizer falando do sacrifício eterno de Cristo no céu. E isto é precisamente o que a Missa representa — continuar os efeitos do sacrifício redentor de Cristo. As almas dos homens ainda não nascidos, juntamente com as dos ora viventes e dos que têm de vir à existência desde o sacrifício de Cristo, todas necessitam da salvação que Cristo alcançou para nós. E' através da Missa, tanto como através dos sacramentos, que os efeitos da salvação de Cristo são aplicados às almas desses homens. Neste sentido, a redenção ainda continua, e continuará enquanto restar uma simples alma a ser salva. Neste sentido o sacrifício de Cristo ainda está sendo efetuado e continuará a ser efetuado.

«Fração do Pão»

“Nós temos um altar”, diz a Epístola aos Hebreus, “do qual

náculo (os Judeus não convertidos) não têm direito de comer” (13, 10). O caráter sacrificial da Missa foi reconhecido desde o começo da Igreja infante.

Há contínua referência à Missa nos Atos dos Apóstolos como à “fração do pão” (2, 42, etc.). Paulo lhe chama “a ceia do Senhor” (1 Cor 11, 20). Na Igreja primitiva recebeu ela o nome de “Eucaristia”, que quer dizer “ação de graças”, talvez como resultado de a ela referir-se Paulo como ao “cálice de bênçãos que benzemos” (1 Cor 10, 16). S. Justino Mártir (que morreu entre os anos 163 e 167) é um dos primeiros que sabemos lhe haverem chamado Eucaristia (Diálogo com Trifon, 41). Porém, mesmo antes de Justino, Santo Inácio de Antioquia, que foi martirizado em 107, usou este termo (na sua Epístola aos *Esmírnios*, 7). E um dos mais antigos de todos os documentos cristãos, mais velho mesmo do que parte do Novo Testamento, assim descreve a Missa:

“No dia do Senhor, reuni-vos, parti o pão e dai graças (a palavra usada em grego é a mesma que Eucaristia), tendo confessado os vossos pecados a fim de que seja puro o vosso sacrifício. Todo aquele que tem uma inimizade com seu próximo não deve encontrar-se convosco enquanto eles não estiverem reconciliados, para que não seja profanado o vosso sacrifício. Pois assim disse o Senhor: “Em todo lugar” e tempo “ofereçam

êles a mim um sacrifício puro; pois sou um grande Rei”, diz o Senhor, “e o meu nome é glorificado entre as nações”.

Esta citação, que identifica a Missa com o sacrifício e que a associa mesmo com a profecia de Malaquias pela qual começamos este capítulo, é tirada da obra chamada em grego *Didaché*, isto é, *O Ensino dos Doze Apóstolos* (cap. 14), a qual data de cerca do ano 90, ou que tal, depois de Cristo. E' inteiramente provável que dos próprios Apóstolos venha o nome Eucaristia para o Sacrifício memorial.

Chamada «Missa» mais tarde

O sacrifício Eucarístico veio, mais tarde, a ser conhecido como a Missa, em resultado do próprio rito. As palavras finais, ainda hoje usadas na Missa, são: *Ite, missa est*, significando: “Ide, (a Eucaristia) está finda”. A simples palavra *missa* veio a ser aplicada à cerimônia inteira, e finalmente tornou-se Missa nas diversas línguas.

Pelo que foi dito, deve ser fácil ver por que razão a Missa ocupa um lugar tão importante na vida da Igreja, por que razão nós edificamos igrejas e por que razão, quando não temos igreja edificada, ansiamos por conseguir algum lugar disponível para a celebração da Missa. Isso explica a importância que ligamos ao sacerdócio, o extraordinário interesse que pomos na Missa como observância do Domingo, e por que razão os católicos são obrigados a assistir

ao sacrifício da Missa em cada Dia do Senhor.

A Missa é para nós algo mais do que um simples serviço religioso dominical. Não é algo que possamos tomar ou deixar por nós mesmos, algo que poderia ser removido da nossa vida e ainda nos deixar sendo os mesmos. A Missa é a própria essência da Igreja. Dentro dela está concentrada a vida da Igreja e a própria existência da Igreja. Se não houvesse Missa, não poderia haver Igreja Católica.

Culto digno

A Missa é o nosso ato de adoração, um ato que sabemos ser realmente adoração de Deus, por ser o sacrifício do próprio Filho de Deus. Não é apenas a fraca oblação de nossas mãos, mas sim um ato que sabemos que dá honra suprema a Deus.

Aquilo que os sacrifícios da Lei Antiga eram incapazes de efetuar — aquilo que nenhuma outra forma de culto humano pode efetuar — a Missa realiza. Deus é adequadamente adorado. Deus é implorado irresistivelmente em favor daquelas coisas de que seus filhos necessitam. Perfeita expiação é feita pelo pecado. Todos êstes efeitos seguem-se do fato de haver sido perfeito o sacrifício de Cristo.

Os não-católicos muitas vezes ficam confusos quando falamos de Missas “rezadas” e Missas “cantadas”, de Missas “solenes”, e de Missas de “requiem”. Que é que queremos dizer por êsses termos?

Missa rezada é a Misa comum, diariamente celebrada, na qual o próprio sacerdote reza tôdas as partes da Missa, e na qual não há côro nem ministros adicionais. Quando o sacerdote é assistido por um côro e canta certas partes da Missa, temos aquilo que oficialmente é chamado uma Misa cantada. Quando há ministros adicionais para cantarem certas partes da Missa e para exercerem certas funções, a Missa é chamada solene. Esta Missa inclui algumas cerimônias adicionais que não estão na Missa rezada ou cantada. A Missa que é celebrada por um bispo, com a assistência de outros ministros e com a adição de várias outras cerimônias, é chamada Misa pontifical.

Qualquer dessas Missas pode ser uma Misa de "requiem". "Requiem" é tomado da primeira palavra pronunciada na Mis-

sa, significando "descanso" — na íntegra o texto é: "O eterno descanso dai-lhes, Senhor". A Missa de "requiem", ou de defunto, é a Missa oferecida pelos mortos, na qual o sacerdote e os ministros oficiantes usam paramentos prêtos.

Um só sacrifício

Não há diferença essencial entre qualquer dessas Missas — tôdas elas são a continuação do único sacrifício de Cristo. A essência da Missa persiste o que sempre foi: a consagração do corpo e sangue de Cristo como um memorial do seu sacrifício, em obediência ao seu mandato: "Fazei isto em memória de mim". A cerimônia, os paramentos, o canto, tôdas estas coisas são meros reflexos do desvêlo amoroso com que através das idades a Igreja tem cercado de solenidade êsse grande sacrifício.

A LEI de CRISTO

expressa nos dez Mandamentos

Tôda instituição composta de homens deve ser governada por lei. A lei é que estabelece as normas a que os homens devem obedecer se quiserem respeitar as suas obrigações e não transgredir os seus privilégios. O homem tem obrigações para com os outros homens e tem obrigações para com Deus.

A lei determina a extensão e os limites dessa obrigação e diz-lhe o que êle deve fazer.

A lei é simplesmente a determinação da obrigação individual como fixada por uma autoridade legítima. Muita gente é bastante humilde para reconhecer que o bem da sociedade em geral deve ser preferido ao bem individual. Se isto não fôsse reconhecido, teríamos a anarquia, na qual os direitos individuais seriam destruídos. Semelhantemente, muita gente reconhece que Deus tem direitos sobre o homem. Ao reconhecimento destes direitos chamamos as leis de Deus.

Até mesmo S. Paulo, que insistia em que os cristãos não estavam obrigados pela velha lei de Moisés, não hesita em usar a palavra "lei" referindo-se à obrigação dos cristãos: "Carregai os



fardos uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo" (Gál 6, 2), a qual é a lei de amor.

A lei, que a razão nos diz ser necessária nos negócios dos homens, tem, assim, no Novo Testamento, um sólido fundamento como significando os deveres do homem para com Deus.

O sumário mais simples dos deveres do homem para com Deus está no Decálogo, os "Dez Mandamentos" do Antigo Testamento (Êx 20, 2-17, Deut 5, 6-21). Consequentemente, é sob a forma dos dez mandamentos que os católicos usualmente agrupam as obrigações que êles reconhecem como sendo a lei da sua fé.

Pode-se fazer esta pergunta: Como é que os católicos reconhecem os dez mandamentos como sendo a lei de Deus, se os cristãos não estão obrigados pela Lei de Moisés do Antigo Testamento? S. Paulo não diz: "Vós não estais sob a lei" (Gál 5, 18), e esta doutrina não é comum no Novo Testamento?

Nós não estamos sob a Lei de Moisés, é verdade. Nem observamos os dez mandamentos como parte dessa lei. Mas os dez

Antigo Testamento fornecem um sumário que nós podemos muito convenientemente usar para as várias leis que observamos.

Os dez mandamentos são preceitos de obrigação por parte de todos os homens, por serem leis ditadas pela própria razão do homem. Paulo disse-nos isto: "Os gentios, que não têm lei, seguem os ditames da razão e fazem o que a Lei prescreve". E, assim fazendo, "êstes, embora não tenham lei, são lei para si mesmos" (Rom 2, 14).

Com a vinda da nova lei de Cristo, toda obrigação para com a velha lei cessou juntamente com a própria Lei Mosaica. Agora, além das prescrições da lei natural, nós observamos aquelas determinações que, direta ou indiretamente, Cristo julgou conveniente impor-nos.

Deveres para com Deus

Antes de tudo, a lei da razão. Muitos dos dez mandamentos incidem sob este título, além de terem sido revelados por Deus. Ninguém argüirá contra a proposição de que o morticínio voluntário é mau, de que é mau levantar falso testemunho contra o próximo, de que o adultério é um crime de injustiça. A lei natural sôzinha não nos levará muito longe, porém cobre os essenciais básicos daquilo que é chamado moralidade.

Em segundo lugar, reconhecemos as leis de Cristo que achamos no Novo Testamento ou na sagrada Tradição. Em muitos ca-

tural ou reconfirmam preceitos morais da Lei Mosaica. Em muitos casos elas vão além destas leis. Só sob Cristo é que nós temos, por exemplo, a lei universal do amor, obrigação que se estende aos inimigos tanto como aos amigos, e a toda e qualquer pessoa no mundo. De Cristo nós temos a obrigação de pertencer à sua Igreja, ou de receber os seus sacramentos.

Dever civil

Em terceiro lugar, reconhecemos as leis que são feitas pela legítima autoridade, eclesiástica ou civil. Tanto a Igreja como o Estado são perfeitas sociedades de homens, cada uma no seu campo, com uma função particular a servir a bem da humanidade. Tais sociedades devem fazer leis para o correto governo dos seus súditos, a fim de que todos possam alcançar o objetivo para que existem. Reconhecemos que tais leis nos obrigam em consciência como sendo a vontade de Deus, exercida através dos seus representantes.

"Sêde sujeitos a toda autoridade humana por amor de Deus", escreveu S. Pedro: "se ao rei, como soberano; se aos governantes, como por êle delegados para castigo dos malfetores e incentivo dos bons. A vontade de Deus é precisamente que, praticando o bem, façais emudecer a ignorância dos homens sem critério. Como livres, mas não para fazerdes da liberdade um véu de malícia, e sim como ser-

amai vossos irmãos; temei a Deus; respeitai o rei" (1 Ped 2, 13-17).

O Nôvo Testamento claramente considera a Igreja como sendo uma organização governativa com o poder de fazer leis. Ao considerarmos o sacramento da penitência ou confissão, já fizemos notar, por exemplo, o poder que Cristo deu aos chefes da Igreja de julgarem em matéria de perdoar ou reter o pecado. E' bem conhecida a incumbência de Nosso Senhor a Pedro, expressa nas palavras de promessa quando resolveu nomeá-lo o primeiro chefe da sua Igreja: "Tu és Pedro, e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja... Dar-te-ei as chaves do reino dos céus, e tudo o que ligares na terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus" (Mt 16, 18 ss.). Isto confere a suprema autoridade.

O Apóstolo Paulo, por ocasião da sua última volta a Jerusalém, convocou para Mileto os presbíteros da Igreja em Éfeso (At 20, 17), e advertiu-os dizendo: "Tomai cuidado convosco e com todo o rebanho a cuja frente o Espírito Santo vos colocou como bispos para governardes a Igreja de Deus, a qual êle adquiriu com seu sangue" (20, 28). E o próprio Cristo disse aos seus Apóstolos:

O caminho conveniente

"Quando teu irmão pecar contra ti, vai e corrige-o entre ti

rás ganhado teu irmão. Mas, se êle não te escutar, então toma contigo um ou dois, para que por bôca de duas ou três testemunhas seja tudo confirmado. Mas, se êle não lhes der atenção, então notifica-o à Igreja; e, se êle não der atenção à Igreja, então trata-o como a um gentio e a um publicano" (Mt 18, 15 ss.). E, imediatamente depois desta qualificação da autoridade da Igreja, êle repete a incumbência divina aos chefes da Igreja:

"Em verdade vos digo: tudo o que ligardes na terra será ligado no céu; e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu" (Mt 18, 18).

Os mandamentos

Portanto, as nossas leis, que vêm da nossa razão, da nossa consciência moral, da vontade de Deus revelada e da autoridade legal da Igreja e do Estado, nós achamos conveniente resumir-las sob um ou outro dos dez mandamentos do Antigo Testamento.

Isto suscita uma questão que muitas vêzes causa confusão aos não-católicos. A enumeração dos dez mandamentos como achada no Catecismo católico difere da usada por muitos protestantes. "Quem foi que alterou a ordem dos mandamentos?", perguntam êles. "Foi a Igreja Católica ou fomos nós?"

A resposta é que ninguém alterou essa ordem ou numeração. Simplesmente há diferentes modos de enumerar os mandamen-

rações tradicionais seguidas por vários grupos religiosos, e não apenas duas. Há algo a dizer sobre cada uma dessas enumerações, e nenhuma delas pode ser com simplicidade chamada errada.

Se se olha para o texto do Êxodo (20, 2-17) ou do Deuteronômio (5, 6-21), onde os dez mandamentos são achados na Bíblia, descobrir-se-á que em nenhum desses lugares há qualquer enumeração. Em parte alguma é sequer declarado que há dez mandamentos ou que eles deveriam ser enumerados como dez. A enumeração foi obra de homens de tempo posterior. Todas as três enumerações tradicionais mencionam dez, mas chegam a dez por caminhos diferentes.

Obviamente, a enumeração é de muito menor importância do que uma compreensão da lei de Deus e do que a determinação de observá-la. Contudo, pelo fato de freqüentemente este assunto causar confusão, é bom compreender como se produziram as diferenças na enumeração dos mandamentos.

Sob o primeiro mandamento nós católicos reconhecemos as nossas obrigações concernentes ao culto de Deus e à exclusão do culto de qualquer outro Deus ou de qualquer outra coisa. Este mandamento proíbe toda espécie de superstição ou idolatria, a substituição de Deus por qualquer coisa que seja. Aos servos de Deus, os Santos e sua Santíssima Mãe, pode ser con-

nunca adoração, que, esta, só a Deus pertence. Não são proibidas imagens do Filho de Deus e dos Santos, tal como imagens do querubim não foram proibidas aos Judeus; mas as imagens são feitas apenas para nos representar aqueles que nós queremos honrar.

Obrigações sagradas

Desespêro ou presunção para com a Providência de Deus são pecados contra o primeiro mandamento, o qual resume para nós todas as obrigações de fé, esperança e caridade para com Deus. O sacrilégio, a profanação de uma pessoa ou coisa sagrada, como, por exemplo, uma igreja dedicada a Deus, seria um pecado contra este mandamento.

O segundo mandamento proíbe o mau uso e o abuso do nome de Deus. Positivamente, sob este capítulo nós reconhecemos a nossa obrigação de respeitar o nome de Deus. Aqui, também, incluímos a obrigação de respeitar um juramento imposto pela legítima autoridade civil. Num juramento nós invocamos o testemunho de Deus em favor da verdade do que dizemos. Portanto, o perjúrio, além do seu caráter de crime civil, é um pecado contra o segundo mandamento.

A blasfêmia

A praga, ou maldição, e a blasfêmia são pecados contra este mandamento. Devem elas, sem dúvida, ser distinguidas da pro-

trar que uma pessoa é vulgar, mas não necessariamente um pecador. Praguejar ou amaldiçoar é desejar mal a alguém em nome de Deus, o que obviamente é uma irreverência a Deus, e a blasfêmia é a real injúria feita ao próprio Deus.

O terceiro mandamento no Êxodo é: "Lembra-te de guardar o dia do Sábado". Isto não fazia parte da lei natural, mas era um mandamento de Deus, diretamente revelado, pelo qual os judeus punham de parte o sétimo dia da semana, o Sábado, para ser consagrado a Deus. Esta consagração consistia simplesmente em não fazer trabalho de qualquer espécie. Não era um dia especial de culto. O culto de Deus no templo era o mesmo cada dia, pois os sacrifícios eram diários. A essência da lei Sabática consistia em não trabalhar, e, assim, até mesmo os animais irracionais eram obrigados a "observar" essa lei (Êx 20, 10).

Com a libertação dos cristãos da Lei Mosaica essa lei Sabática passou. Os Atos dos Apóstolos (15, 1-2, 5-29) e as epístolas de S. Paulo mostram claramente que a lei Mosaica foi inteiramente retirada dos ombros dos cristãos. Os que procuravam sugerir que os cristãos deveriam estar obrigados por qualquer aspecto da Lei eram estigmatizados por Paulo como hereges, e ele advertia seus discípulos de que ninguém, pois, vos julgue quanto ao comer ou beber, ou a

de uma neomênia, ou dos sábados" (Col 2, 16), isto é, as leis judaicas dietéticas ou suas festas, luas-novas e sábados achados na lei de Moisés.

Mas, como cristãos, nós temos regulações semelhantes, e estas é que nós agrupamos sob este mandamento. Assim, o primeiro dia da semana, o domingo, é para nós um dia especial de culto de Deus, em honra do dia em que Nosso Senhor ressurgiu dos mortos. A Igreja instituiu esta lei e proibiu no domingo trabalho desnecessário, à imitação da Lei de Moisés. Contudo, trata-se de um mandamento inteiramente diferente. O que se acentua nêle é o culto de Deus, e por isso os católicos são obrigados a assistir à Missa nesse dia.

Vários significados

O quarto mandamento para os judeus obrigava os filhos a honrarem seus pais. Por certo, nós reconhecemos tal obrigação pela própria lei da natureza. Mas arrolamos também sob este mandamento outras obrigações de natureza semelhante. O quarto mandamento obriga-nos, por exemplo, a respeitar os superiores legítimos, quer eclesiásticos quer civis, e impõe aos superiores e aos pais deveres de responsabilidade para com os que lhes estão a cargo. Aqui também colocamos as obrigações de cidadania e de patriotismo.

Além do homicídio voluntário, o quinto mandamento proíbe o suicídio. Similarmente, são proi-

dio, isto é, todos os atos e desejos que possam levar ao homicídio. Entre êstes estão a luta, a cólera, o ódio, a vingança. Contra a nossa própria pessoa podemos pecar por embriaguez, gula, abuso de drogas — práticas ilegais que desnecessariamente encurtam a nossa vida.

Mata a alma

Pior do que o morticínio físico é o morticínio da alma. Mau exemplo, escândalo, induções ao pecado, etc., incidem nesta categoria e, conseqüentemente, são proibidos pelo quinto mandamento.

O quinto mandamento exige tomos prudente cuidado do bem-estar espiritual e corporal da nossa própria pessoa e da do nosso próximo. Com igual facilidade podemos infringir a lei pela negligência daquilo que deveríamos fazer como pela prática daquilo que não deveríamos fazer.

O sexto mandamento originariamente obrigava os judeus a se absterem do adultério. A Lei era enfática só sobre este pecado por causa da importância ligada pelo Velho Testamento à pureza da descendência familiar. Sabemos, entretanto, que há outros modos de infringir a virtude da castidade, e que todos êstes são excluídos pelo sexto mandamento.

Adultério, fornicção, pecados naturais e antinaturais que abusem das faculdades sexuais, im-

terdito do sexto mandamento. A virtude da castidade deve ser preservada por meio da modéstia e do decôro. Há normas às quais devem conformar-se tanto os casados como os não-casados.

O furto e o roubo são proibidos pelo sétimo mandamento, mas também o são o dolo, defraudar um trabalhador do seu justo salário, tirar proveito da necessidade de outrem para explorá-lo, aceitar peitas e propinas no serviço público — em suma, tudo quanto constitui violação da justiça. Isto inclui o privar outrem da sua reputação por efeito de calúnia e difamação. Ninguém pode chamar-se uma pessoa justa simplesmente por nunca haver pôsto uma carga nas costas dos outros e por tê-lo aliviado do seu alforje. Algumas das mais perniciosas violações do sétimo mandamento podem ser perpetradas em lugares como uma mesa de jôgo, ou nos escritórios de homens de negócios ou de funcionários públicos aparentemente respeitáveis, etc.

Falso testemunho

O oitavo mandamento concerne à virtude da verdade. Nos tempos primitivos, os judeus consideravam só ser má aquela espécie de mentira que prejudicava outrem. Era assim que a lei rezava: "Não levantareis falso testemunho contra vosso próximo". Algumas pessoas ainda vêem pequeno mal, se algum, naquilo a que chamam "mentiras bran-

nais". Contudo uma mentira de qualquer espécie é um ato indigno do homem. Não é verdade dizer que há mentiras que não prejudicam ninguém. Prejudicam quem delas é culpado, e prejudicam a sociedade, destruindo a base da fé e da mútua confiança, base na qual a sociedade deve repousar se quiser sobreviver.

Portanto, a mentira, uma temerária e infundada condenação dos outros, a detração da reputação ou do bom-nome do próximo — mesmo se o que se diz é verdade — e a revelação dos seus segredos, tudo isto é proibido por este mandamento.

Pensamentos pecaminosos

O nono e o décimo mandamentos proíbem em pensamento, desejo ou intenção as mesmas coisas que são proibidas em ato pelo sexto e pelo sétimo mandamentos. Algumas pessoas pensam que pecado e crime são a mesma coisa — que não há pecado senão havendo um ato aberto que possa ser averiguado e punido. Os que reconhecem a lei de Deus não cairão em tal erro. O pecado consiste essencialmente na vontade de pecar, e não no ato. Um homem que comete o homicídio no seu coração é réu de homicídio. Um homem que comete adultério no seu coração é réu de adultério. Se há alguma coisa de seguro na lei de Cristo é este fato, e foram precisamente estes pecados que Nosso Senhor especificou ao detalhar a verdadeira natureza do pecado, contra a cõ-

tentam simplesmente com serem "respeitáveis":

"Ouvistes que foi dito aos antigos: "Não matarás"; e quem matar será réu em juízo. Eu, porém, vos declaro que todo aquele que se irar contra seu irmão será réu em juízo... Ouvistes que foi dito: "Não adulterarás". Eu, porém, vos digo que todo aquele que olhar para uma mulher cobiçando-a já adulterou com ela no seu coração" (Mt 5, 21 ss., 27 ss.).

E' sobretudo nestes mandamentos que nós nos elevamos a um reconhecimento da plena enormidade do pecado, e daquilo que Deus espera de nós. O pecado é o nosso afastamento da lei de Deus, a nossa violação de uma virtude sagrada, a nossa falta contra o que é direito e decente. Todas estas coisas nós as fazemos também por intenção, e não somente quando realmente exprimimos a nossa vontade em ato. Deus nos trata como homens livres, mas nós devemos aceitar a responsabilidade da nossa liberdade. Assim como Ele não nos censurará pelo mal que inconscientemente fizemos, também não nos desculpará se quisermos o mal, embora por covardia ou por alguma prática impiedante a nossa má-vontade realmente não vingue. Ele não fica em cima de nós para exigir obediência exterior. Ele não é como os homens, que só podem julgar pelas ações externas e não podem ler os segredos dos corações. Só pelo reconhecimento

das próprias obrigações dos o-
nono e o décimo mandamentos é
que pode haver uma digna com-
preensão do que é a liberdade
humana e da santidade do Deus
cuja lei nós seguimos.

"Amarás o Senhor teu Deus
de todo o teu coração, e de tô-
da a tua alma, e de toda a tua
mente", disse Nosso Senhor. "Es-
te é o maior e o primeiro manda-
mento. Mas um segundo lhe é
semelhante: "Amarás o teu pró-

ximo como a ti mesmo" (Mt. 22, 37 ss.). Estes mandamentos ele
os tirou do Antigo Testamento.
O modo como eles devem ser ob-
servados ele nos mostrou na sua
vida e nos seus ensinamentos. Se
verdadeiramente amamos a Deus,
e ao nosso próximo por amor
de Deus, então as múltiplas obri-
gações específicas e individuais
que reconhecemos serão por nós
realmente praticadas.

A estrutura da Igreja

Por ser uma organização de homens, deve a Igreja ter leis e governo.

Por certo, o governo da Igreja é inerente à sua verdadeira fundação. Na sua aplicação prática êle tem sido enformado pelas experiências de perto de dois mil anos. Nesse tempo a Igreja tem aprendido por experiência e êrro

alguns dos melhores meios de exercer a autoridade de governo a ela divinamente dada pelo seu Fundador. Contudo, para todos os fins práticos, ela não tem mudado nas suas maiores divisões desde os tempos apostólicos; as mudanças têm sido, na maioria, de natureza diminuta.

O mais baixo nível do governo da Igreja é a paróquia. A paróquia usualmente contém a igreja paroquial, uma escola, e, em alguns lugares, um cemitério, uma cooperativa paroquial ou uma biblioteca. No encargo da paróquia está um sacerdote que é chamado o pároco, vigário ou pastor. Conforme as dimensões da paróquia, pode êle ter um ou mais coadjutores. Porém o pastor é quem tem a responsabilidade final. E' responsável não só por todos os católicos da sua paró-



quia, como também por todos os não-católicos igualmente. Verdade é que o seu primeiro cuidado é para o seu próprio povo. Sem embargo, os não-católicos podem com razão sentir que também têm um certo direito sobre o pastor católico.

O pastor tem jurisdição sobre os membros da sua paróquia como sendo o superior religioso dêles, tal como há dirigentes civis na cidade ou vila. E' obrigação sua executar as leis da Igreja, administrar os sacramentos, pregar a palavra de Deus, e, em suma, promover a obra da Igreja dentro da sua paróquia.

Os fiéis da Igreja, como distintos do clero, são chamados o laicato ou os leigos. O pastor da paróquia tem o encargo não só dos leigos como também dos seus padres coadjutores, se os tiver. A paróquia também pode incluir um convento de freiras para cuidar da igreja ou da escola, mas as freiras não participam do governo da Igreja.

A divisão seguinte do governo da Igreja é a diocese, que consiste num certo número de paróquias sob a jurisdição de um

territoriais, e o tamanho do território dependerá da densidade da população católica. Nos Estados Unidos, por exemplo, pode a diocese abranger um Estado inteiro; ou então uma simples cidade, tal como New York, pode formar uma diocese completa. O bispo está, em relação à diocese, muito como o pastor está para a paróquia, embora a sua jurisdição seja mais importante, os seus poderes mais amplos e a sua responsabilidade muito maior.

Organização da Igreja

A cidade capital da diocese — a palavra “diocese” originariamente significava “a direção de uma casa” — é chamada a cidade-sede, ou a sé, onde a sede ou trono do bispo está localizada. Ali está a igreja principal da diocese, chamada a catedral. Ali, também, o bispo mantém as várias repartições e departamentos da sua grande unidade eclesiástica. Tem aquilo que é chamado a chancelaria ou cúria, com vários assistentes para manter os atos de administração necessários na diocese. Há uma cârte para julgar casos de lei eclesiástica, às vêzes uma junta escolar, e “bureaux” para vários outros fins.

Há também alguns sacerdotes que não estão imediatamente sujeitos ao bispo da diocese onde vivem. Estes são os sacerdotes das Ordens religiosas. As Ordens religiosas existem principalmente para alguma função especial, tal como educação, mis-

bispos essas ordens têm superiores provinciais com o encargo de um certo território chamado província. As ordens religiosas são independentes do governo diocesano de modo a poderem os religiosos ser mudados de casa para casa e de diocese para diocese, onde quer que dêles se precise.

Algumas das dioceses mais importantes são chamadas arquidioceses. Praticamente falando, em geral não há diferença entre uma arquidiocese e uma diocese, mas o bispo de uma arquidiocese é também conhecido como arcebispo. A cada arquidiocese estão ligadas algumas das dioceses circunvizinhas. Então essas dioceses são chamadas sés sufragâneas, “sés subsidiárias”, enquanto que a arquidiocese é a sé metropolitana, a “sé capital”. Na prática, isto não afeta o governo de cada bispo individual, o qual tem a seu inteiro cargo a própria diocese. Quer dizer simplesmente que certos detalhes administrativos são acertados entre as sés metropolitana e sufragâneas.

Acima da diocese e do bispo está simplesmente o Papa. Contudo, é óbvio não se poder esperar que o Papa governe a Igreja inteira sôzinho, e, consequentemente, êle exerce o supremo governo da Igreja através de muitos delegados.

Delegado do Papa

Geralmente, em cada país há isso que é chamado um Delegado Apostólico, o qual é ali re-

presentante oficial do Papa. Em muitos países que mantêm representação diplomática junto ao Vaticano, o Delegado Apostólico é também o representante do Papa junto ao poder civil, caso em que é chamado Núncio, ou embaixador.

Todavia, o Delegado Apostólico não tem encargo dos bispos do país. Estes são independentes nas suas dioceses. Ele serve simplesmente de intermediário entre eles e o Papa em assuntos de administração.

O próprio Papa é o bispo principal da Igreja. Como é sabido, o quartel-general da Igreja está na antiga cidade de Roma, num território ora conhecido como Cidade do Vaticano, o qual é independente do governo italiano e de qualquer outro governo no mundo. Dentro dessa cidade estão os departamentos administrativos da Igreja universal.

Essa administração é exercida por meio de várias repartições conhecidas como Congregações. Há uma Congregação para Seminários e Universidades, outra para Ordens religiosas, outra para os Sacramentos e assim por diante. Essas Congregações são formadas de sacerdotes e de outros funcionários que servem como o real governo central da Igreja, delegados que são do Papa. Assuntos referentes aos vários departamentos delas são-lhes encaminhados pelos bispos do mundo inteiro, usualmente através dos Delegados ou Núncios Apostólicos, e os chefes das diferentes Congregações têm

conferências periódicas com o Papa.

Vão a Roma

Para que o Papa tenha um conhecimento mais particular do estado da Igreja no mundo inteiro, de cinco em cinco anos o bispo de cada diocese deve fazer-lhe um relatório sobre ela lá em Roma.

Assim o governo da Igreja é, simultaneamente, simples e complexo. A relação do povo para com o pastor, para com o bispo, para com o Papa é bastante simples, mas, numa organização de 400 milhões de almas e em mais de mil dioceses no mundo inteiro, os detalhes de administração têm de ser complicados.

Títulos do Clero

Os não-católicos muitas vezes ficam confusos com certos títulos e ofícios existentes na Igreja, tais como, por exemplo, os Monsenhores. O título de Monseñor, que quer dizer "Meu Senhor", é simplesmente uma honra outorgada a um sacerdote diocesano (membros de ordens religiosas não são feitos Monsenhores) por causa de algum serviço saliente, ou pelo número de anos de devotado labor. O título não lhe confere nenhuma jurisdição ou poder especial, e portanto não afeta o governo da Igreja.

Depois há os Cardeais, outra posição de honra. Este título usualmente é dado aos bispos de dioceses principais no mundo, embora haja alguns cardeais que

nao sao bispos de nenhuma diocese. Nos antigos tempos os cardeais eram o clero principal de Roma — a palavra deriva da palavra latina *cardo*, "gonzo", e assim referia-se àqueles que eram os membros axiais do clero. Mesmo hoje em dia cada cardeal tem uma das antigas igrejas de Roma como sua igreja especial. Os cardeais são os chefes das diferentes congregações que governam a Igreja em nome do Papa. Agora, no entanto, muitos cardeais residem fora da própria cidade de Roma, como chefes de dioceses.

Por vários séculos os cardeais têm tido o privilégio de eleger o Papa. Teoricamente, qualquer católico poderia ser feito Papa, embora, se fôsse um leigo, tivesse de ser imediatamente sagrado bispo. Usualmente, entretanto, o Papa é escolhido dentre os Cardeais.

Originariamente, nos primeiros tempos da Igreja, o Papa era eleito pelo povo de Roma, e oficialmente êle ainda é o Bispo de Roma. Mais tarde, as eleições de bispos foram confinadas ao clero, e o Papa passou a ser eleito pelo clero romano. A atual legislação em certo sentido é mais democrática, embora a democracia não entre aí em consideração. Os Cardeais vêm de tôdas as partes do mundo, e assim representam a Igreja mais universalmente. Desde os dias do Renascimento o Papa tem sido italiano, mas não é necessário que o seja. Quase tôdas as nações, num tempo ou noutro, es-

tiveram representantes no Papado.

As Congregações

Os Cardeais, por seu turno, são criados pelo Papa pessoalmente. Assim como cada bispo de uma diocese individual tem um conselho de sacerdotes experientes para ajudá-lo, assim também os Cardeais servem o Papa. Cerca de metade dos Cardeais fazem isto realmente, residindo em Roma e chefiando várias congregações. Os outros residem nas dioceses de que são bispos, embora possam ser chamados a Roma para algum fim extraordinário.

As Congregações chefiadas pelos cardeais, e que se elevam a onze, têm o encargo: do Santo Offício, do Consistório, dos Sacramentos, do Concílio, das Ordens Religiosas, da Propagação da Fé, dos Ritos, das Cerimônias, dos Negócios Extraordinários, dos Seminários e Universidades, e da Igreja Oriental.

A Congregação do Santo Offício trata de negócios pertinentes à fé e à moral e concernentes à Igreja universal. A Congregação do Consistório determina os limites das dioceses, erigindo novas e elegendo bispos. A Congregação dos Sacramentos lida com toda a legislação pertinente à dispensação dos sacramentos — mas não com matérias doutrinárias dos sacramentos, as quais pertencem ao Santo Offício, nem com o ritual, que está afeto à Congregação dos Ritos. A Congregação do Concílio tem sido

Interior. E' uma espécie de "câmara de compensação" à qual são submetidos problemas e disputas concernentes ao conveniente andamento da Igreja. A Congregação das Ordens Religiosas é a agência através da qual o Papa regula os negócios de sacerdotes, e de outros que pertencem às várias ordens e que não estão diretamente sujeitos aos bispos locais. O nome completo da Congregação de Propaganda é *De Propaganda Fide*, "da Propagação da Fé". Esta Congregação tem o encargo direto dos países missionários que ainda não têm população católica bastante grande para justificar a normal organização diocesana. A Propaganda usualmente ocupa o lugar de todas as outras congregações em regular os negócios da Igreja nesses países. Destarte, a Congregação de Propaganda não tem nada que ver com relações públicas, como seu título sugere. A Congregação dos Ritos governa o ritual da Igreja como distinta da Congregação das Cerimônias, que tem o encargo das funções observadas na residência papal. A Congregação dos Negócios Extraordinários é uma extensão da Secretaria de Estado pontificia: concerne, na maior parte, à relação da Igreja para com o governo de qualquer país onde há problemas especiais. A Congregação dos Seminários e Universidades lida com os assuntos pertinentes à educação. A Congregação da Igreja

das outras congregações (exceto o Santo Ofício) em qualquer matéria atinente às partes orientais da Igreja, isto é, às antigas partes da Igreja que ainda usam na sua liturgia outras línguas que não o latim, e que são governadas por leis e costumes diferentes dos que são comuns na Igreja Ocidental.

Há também tribunais, officios de várias espécies, e comissões permanentes para deveres especificados. Eles parecem formar um sistema inteiramente complicado, e, entretanto, na realidade são simples em estrutura para a administração de uma sociedade mais vasta em número do que qualquer governo civil no mundo.

Também aclamado como modelo de simplicidade é o código de leis da Igreja. Nas páginas de um simples livro, expresso em 2.414 leis diferentes, chamadas "cânones", está o Código de Direito Canônico católico. Nêle temos uma síntese do Direito de perto de dois mil anos, organizado em singela unidade. Em comparação com êle, as leis até mesmo dos mais pequenos países são extremamente complexas e complicadas.

As Congregações são os meios através dos quais o Papa usualmente trata com os bispos do mundo, e estes, por sua vez, regulam os seus negócios normais de acôrdo com as provisões do Código de Direito Canônico da Igreja. Os bispos, como foi men-

cionado, tem seus próprios conselhos para os assistir no governo das suas dioceses.

A Igreja tem tido muito desenvolvimento nessas exterioridades do seu governo desde os dias da Galiléia, quando Cristo dirigia um grupinho de discípulos, ou desde o tempo de Jerusalém, quando "Pedro se levantou e falou à assembléia" (At 15, 7), a qual foi a mãe de todos os subsequentes concílios da Igreja. Mas, essencialmente e em princípio, o governo e a lei da Igreja de Cristo são hoje em dia os mesmos que eram no início.

Suplico-vos que, em harmonia com Deus, vos esforceis por fazer tôdas as coisas sob a jurisdição do bispo, que ocupa o lugar de Deus, e dos sacerdotes, que são como o concílio dos apóstolos", escrevia Inácio de Antioquia aos Magnesianos por volta do ano 107. Em concordância com este princípio, a Igreja tem conseqüentemente empreendido a sua obra de governo acomodando-se ao mundo mutável e vivendo de acôrdo com o progresso que êle tem realizado. A Igreja, como lhe chamou Santo Agostinho, é a Cidade de Deus. O que nós aqui brevemente consideramos foi o governo dessa grande Cidade.

Isto é a Igreja Católica

Conteúdo:

- Que é a Igreja Católica?
- Aqui nos firmamos... O Credo católico.
- Cristo nos deu os Sete Sacramentos.
- A MISSA... O eterno Sacrifício.
- A Lei de Cristo como expressa nos Dez Mandamentos.
- A estrutura da Igreja.

Este caderno foi preparado pelos Cavaleiros de Colombo e traduzido para o português com a devida autorização.

Cum approbatione ecclesiastica